



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

III Capítulo -A Empresa PT e a sua relação com o Estado

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

1. Capital e estrutura accionista

O capital social da PT é, desde 10 de Dezembro de 2008, de 26.895.375 Euros encontrando-se integralmente realizado e representado por 896.512.500 acções, com o valor nominal de três cêntimos de Euro cada. Das operações de capital em bolsa, resulta a seguinte estrutura accionista:

Entidades com participações qualificadas e percentagem do capital

Telefónica	10,00%
Brandes Investments Partners	9,48%
Grupo Espirito Santo	7,99%
Grupo Caixa Geral de Depósitos	7,30%
Ongoing Strategy Investments	6,74%
Grupo Barclays	2,54%
Grupo Visabeira	2,01%
BlackRock Inc,	2,35%
Controlinveste Comunicações	2,17%
Norges Bank	2,01%

2. Órgãos Sociais

2.1. Composição dos órgãos sociais da PT

Mesa da Assembleia Geral

António Menezes Cordeiro - Presidente

Eduardo Vera-Cruz Pinto - Vice-Presidente



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Francisco Leal Barona - Secretário

Conselho de Administração/ano em que assumiu funções

Henrique Granadeiro (2003)
Zeinal Bava (2000)
Luís Pacheco de Melo (2006)
Carlos Alves Duarte (2009)
Rui Pedro Soares (2006)*
Manuel Rosa da Silva (2009)
Fernando Soares Carneiro (2006)
Shakhaf Wine (2009)
João de Mello Franco (1998)
José Xavier de Basto (2007)
Mário João de Matos Gomes (2009)
José María Álvarez-Pallete (2008)
Francisco Bandeira (2008)
Santiago Fernández Valbuena (2008)
Joaquim Goes (2000)
Gerald S. McGowan (2003)
Rafael Mora Funes (2007)
Maria Helena Nazaré (2009)
Amílcar de Moraes Pires (2006)
António Palma Ramalho (2009)
Francisco Soares (2006)



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Jorge Tomé (2002)

Paulo Varela (2009)

Milton Silva Vargas (2009)

Nuno de Almeida e Vasconcellos (2006)

Comissão Executiva

Zeinal Bava - Presidente

Luís Pacheco de Melo

Carlos Alves Duarte

Rui Pedro Soares*

Manuel Rosa da Silva

Fernando Soares Carneiro*

Shakhaf Wine

* O Administrador Executivo Rui Pedro Soares renunciou ao cargo no dia 17 de Fevereiro de 2010 e o Administrador Executivo Fernando Soares Carneiro renunciou ao cargo no dia 22 de Fevereiro de 2010.

Comissão de Auditoria

João de Mello Franco

Jose Xavier de Basto

Mário João de Matos Gomes

2.2. O processo de composição das listas para a Comissão Executiva e Conselho de Administração

Apesar de a decisão dos nomes a incluir nas listas para os órgãos sociais da Portugal Telecom ser tomada de forma colegial, os nomes levados à última



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Assembleia-geral foram propostos pelos accionistas BES e Caixa Geral de Depósitos, com o consentimento do Governo. O presidente do Conselho de Administração, Henrique Granadeiro, efectuou todos os convites aos administradores da PT, sendo que a decisão sobre a selecção dos nomes a integrar a Comissão Executiva foi tomada pelo seu Presidente, Zeinal Bava.

Não foi possível, no âmbito dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, esclarecer quem convidou Rui Pedro Soares para o Conselho de Administração da Portugal Telecom:

Zeinal Bava, CPI: “A partir do momento em que está definido quem fará parte do CA, é minha obrigação convidar as pessoas que farão parte da Comissão Executiva.”

Henrique Granadeiro, Comissão de Ética: “Ele (Rui Pedro Soares) constava de uma lista proposta por dois accionistas: BES e Caixa Geral de Depósitos”

Henrique Granadeiro, Comissão de Ética: “Não vi, nessa altura, que alguma objecção houvesse a que o Dr. Rui Pedro Soares pudesse participar no Conselho e na Comissão Executiva. Fui eu que lhe dirigi o convite, como dirijo o convite a todos os outros integrantes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva» ”

P: “Quem é que a Caixa indicou ou sugeriu, melhor dizendo, para essa lista?”

Henrique Granadeiro, CPI: Naquela altura, foi o Dr. Jorge Tomé e o Dr. Armando Vara”

Henrique Granadeiro, CPI: “O Dr. Rui Pedro Soares não foi uma criação minha, foi o resultado de negociações que eu conduzi com todos os accionistas”.

P: “Que accionista ou que accionistas sugeriram ao Sr. Dr. o Dr. Rui Pedro Soares para integrar essa lista? ”

Dr. Henrique Granadeiro, CPI: “Não posso responder-lhe com precisão, não me recordo. Foi há bastante tempo e não me parece que esse caso me merecesse, em 25, uma consideração tão especial quanto isso.”

3. Normas e modelo de Governo societário

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

A Portugal Telecom é uma sociedade cotada na Bolsa portuguesa e, como tal, adopta as Recomendações da CMVM sobre o Governo das sociedades cotadas publicadas em Setembro 2007.

Da mesma forma, a empresa age em conformidade com as normas de natureza vinculativa e praticas aplicáveis às *foreign private issuers* com valores mobiliários admitidos à negociação na *New York Stock Exchange* (“NYSE”).

Com efeito, enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação na NYSE qualificável como *foreign private issuer*, a PT encontra-se sujeita às normas de natureza vinculativa previstas, nomeadamente, na Regra 10A-3 *on Listing Standards Relating to Audit Committees*, emitida pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) para efeitos de regulamentação da Secção 10A(m) do *Securities Exchange Act*, tal como alterado pelo *Sarbanes-Oxley Act*, e as Regras Finais aprovadas pela NYSE em matéria de Governo societário (Secção 303A *Corporate Governance Standards*).

4. O processo de tomada de decisão dentro da PT e as competências dos órgãos da sociedade

4.1. Competências do Conselho de Administração³

“O Conselho de Administração é o órgão responsável por gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência de outros órgãos sociais, estabelecendo a orientação estratégica do Grupo PT e supervisionando a actividade de gestão corrente da Comissão Executiva.

De modo a garantir a existência de uma estrutura mais adequada às necessidades de gestão da PT, o Conselho de Administração delegou poderes de gestão corrente à Comissão Executiva e atribuiu competências específicas em matéria de acompanhamento do sistema de Governo societário e de apoio em matéria de remunerações, de avaliação do desempenho dos administradores e no âmbito dos processos de selecção, respectivamente, à Comissão de Governo Societário e à Comissão de Avaliação (...).

³ Relatório do Governo da Sociedade da Portugal Telecom

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Sem prejuízo das competências próprias da Comissão de Auditoria, cabe igualmente ao Conselho de Administração assegurar que a Sociedade dispõe de sistemas eficazes de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Para além das matérias excluídas por lei, ao Conselho de Administração está vedada a adopção de deliberações sobre matérias cuja competência é atribuída pelos Estatutos à Assembleia-Geral.

Em contrapartida, o Conselho de Administração encontra-se autorizado a aumentar o capital social, com o parecer favorável da Comissão de Auditoria e precedendo-lhe deliberação da Assembleia-Geral (...).

4.2. Competências da Comissão Executiva⁴

“O Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva a gestão corrente da empresa, retendo as funções de supervisão e controlo. Deste modo, o Conselho de Administração atribuiu à Comissão Executiva todos os poderes para o efeito necessários, sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas e com excepção dos relativos às matérias seguidamente enumeradas:

- Cooptação de administradores;
- Pedido de convocação de Assembleias-Gerais;
- Relatórios e contas anuais, a submeter à aprovação da Assembleia-Geral;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, cuja competência é reservada ao Conselho de Administração, sem prejuízo do disposto na alínea h) do artigo 15.º dos Estatutos;
- Mudança de sede da Sociedade;
- Projectos de cisão, fusão e transformação da Sociedade, a propor à Assembleia-Geral, bem como aquisições, alienações, fusões, cisões e acordos de parceria estratégica que envolvam sociedades do Grupo PT, sempre que, nestes casos, tais operações não consubstanciem meras reestruturações internas do Grupo PT enquadradas nos objectivos gerais e princípios fundamentais aprovados pela Assembleia-Geral;
- Projectos de aumentos de capital a propor à Assembleia-Geral;
- Alterações estatutárias a propor à Assembleia-Geral;

⁴ Relatório do Governo da Sociedade da Portugal Telecom

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

- Definição dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas do Grupo PT a submeter à aprovação da Assembleia-Geral, nomeadamente a definição dos sectores de investimento e desinvestimento, da política de expansão geográfica dos seus negócios e das opções estratégicas relativas, designadamente, à tecnologia a adoptar, desenvolvimento das redes e prestações de serviços;
- Extensões ou reduções importantes da actividade da Sociedade e modificações importantes na organização da Empresa;
- Planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais;
- Definição do montante a propor anualmente à Assembleia-Geral para a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários que possam vir a ser posteriormente deliberados pela Comissão Executiva.”

4.3. Deveres de informação da Comissão Executiva⁵

“Nos termos definidos na respectiva delegação de funções, a Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada, em cada reunião do Conselho de Administração ou sempre que se mostre necessário, informação aos restantes administradores dos factos mais relevantes relacionados com a execução dos poderes que lhe foram delegados, nomeadamente sobre a execução das políticas e opções estratégicas cujos objectivos gerais hajam sido definidos pelo Conselho de Administração, bem como sobre a execução dos planos de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais aprovados pelo mesmo órgão.

A Comissão Executiva presta igualmente as informações adicionais relativas ao estado da gestão que o Conselho de Administração entenda solicitar, devendo proceder com diligência aos actos de execução relacionados com quaisquer indicações que o Conselho de Administração lhe transmita, em resultado das informações prestadas.”

5. Relação com o Estado e os accionistas de referência

5.1. A *Golden Share* do Estado⁶

⁵ Relatório do Governo da Sociedade da Portugal Telecom

⁶ Relatório do Governo da Sociedade da Portugal Telecom

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

“Quinhentas acções do capital social da Portugal Telecom pertencem à categoria A, o que equivale a uma percentagem de 0,0000558% da totalidade do capital social. As acções da categoria A, nos termos estatutários, são obrigatoriamente detidas maioritariamente pelo Estado Português ou por entidades que pertençam ao sector público (pelo que não são admitidas à negociação em qualquer mercado regulamentado ou não regulamentado) e actualmente são detidas pela Direcção Geral do Tesouro.

As acções da Categoria A conferem aos seus titulares os direitos especiais previstos no artigo 14º, n.º 2, e no artigo 19º, n.º 2 dos Estatutos da Sociedade, nos seguintes termos:

As matérias que se indicam em seguida não podem ser aprovadas em Assembleia Geral contra a maioria dos votos correspondentes às acções de Categoria A:

- Autorização de aquisição de acções ordinárias representativas de mais de 10% do capital social por accionistas que exerçam, directa ou indirectamente, actividade concorrente com a actividade desenvolvida pelas sociedades em relação de domínio com a PT;
- Alterações aos estatutos e aumentos de capital, bem como a limitação ou supressão de direito de preferência e fixação de parâmetros para os aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, fixação do valor das emissões daqueles valores mobiliários a deliberar pelo Conselho de Administração e limitação ou supressão de direito de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções, bem como fixação de parâmetros para as emissões de obrigações daquela natureza a deliberar pelo Conselho de Administração;
- Tomada de deliberações sobre a aplicação dos resultados de exercício, em caso de distribuição de um dividendo aos accionistas numa percentagem superior a 40% dos lucros distribuíveis;
- Eleição da mesa da Assembleia Geral, assim como do Presidente da Comissão de Auditoria e do ROC;
- Aprovação dos objectivos gerais e princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
- Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades, bem como, nos casos em que aqueles princípios exijam a prévia autorização da Assembleia Geral, tomada de deliberações sobre as respectivas aquisições e alienações;
- Autorização para deslocação da sede da Sociedade.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Adicionalmente, para a eleição de um terço do número total dos administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, é necessária a concorrência dos votos emitidos pelo Estado, enquanto titular das acções da Categoria A.

Os Estatutos da Sociedade determinam ainda que, de entre os membros da Comissão Executiva designada pelo Conselho de Administração, pelo menos um ou dois dos administradores designados, consoante a Comissão Executiva seja composta por cinco ou sete membros, tenham sido eleitos de acordo com aquela regra de eleição que confere direitos especiais ao Estado enquanto titular de acções da categoria A.”

5.2. A tutela do Estado

Segundo todos os depoimentos ouvidos nas audições da CPI, as relações entre o accionista Estado e a Portugal Telecom eram efectuadas através do Presidente do Conselho de Administração da PT e do Ministro da tutela, Mário Lino:

Mário Lino, CPI: “Sobre a PT só havia uma tutela, que era a minha. Não havia duas tutelas, isto é, uma da comunicação social e outra das comunicações, mas só a do Ministro das Comunicações”

Mário Lino, CPI: “O meu relacionamento com a PT era feito através do Sr. Presidente do conselho de administração”

Zeinal Bava, CPI: “a relação da *golden share*, como o próprio Dr. Henrique Granadeiro já afirmou, passa pelo Presidente do Conselho de Administração da PT”

O ex-ministro Mário Lino, durante a sua audição na CPI, descreve o processo de troca de informações relevantes entre a Portugal Telecom e o Estado, da seguinte forma:

Mário Lino, CPI: “As assembleias-gerais tinham uma ordem de trabalhos. Essa ordem de trabalhos, normalmente, tinha pontos cuja aprovação dependia do voto favorável do accionista Estado, uma vez que o Estado tinha uma *golden share* e se tratavam de matérias que caíam no âmbito da *golden share*. Portanto, havia a preocupação, como é lógico, de o Conselho de Administração da



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

PT vir transmitir ao Governo a visão, as intenções, as propostas que o Conselho de Administração da PT tinha aprovado para levar à assembleia-geral e argumentar junto do Governo por que é que aquelas propostas eram boas para a PT e por que é que deviam merecer aceitação. E eu discuti, era uma área onde se discutia não só as decisões que caíam no âmbito da acção da *golden share*, como todas as outras matérias, mesmo as que não caíam, porque o Estado não tem apenas a *golden share*, é um accionista importante da PT. Portanto, todas as matérias das assembleias-gerais, as matérias de carácter mais estratégico ou mais importantes, eram objecto de troca de informações e de impressões entre o Sr. Presidente do Conselho de Administração e eu próprio.”

Mário Lino, CPI: “Também outras decisões do Conselho de Administração da PT eram transmitidas ou informadas previamente ao Governo. Por exemplo, sobre os resultados esperados no semestre ou no trimestre, o Presidente do Conselho de Administração tinha o cuidado de transmitir (...)”

Mário Lino, CPI: “O mesmo sucedia com matérias que têm a ver com preocupações da PT nalguns negócios importantes, aos quais eu, em particular, também era muito sensível. Era o caso das relacionadas com a posição da PT no Brasil.”

Apesar de a relação com a tutela se estabelecer com o ministro Mário Lino, Henrique Granadeiro diz ao Público no dia 10 de Fevereiro que tinha pedido há dias para falar com o Primeiro-ministro José Sócrates (com referencia ao dia 25 de Junho e ao negócio PT/TVI), iniciativa que confirma à CPI.

“Tinha pedido há vários dias para falar com o Primeiro-ministro, mas ainda não se proporcionara. De facto, podia ter informado previamente. Nada me obriga a comunicar à Golden Share negociações mas apenas decisões que impliquem a alteração do perímetro da PT, ou seja compras ou vendas.” (Henrique Granadeiro, Público, 10-02-10)

Esta reunião nunca se realizou porque, entretanto, o Governo informou a PT que se opunha ao negócio.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

IV Capítulo - O negócio PT/TVI

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

1. Cronologia da tentativa de compra da TVI pela PT

1. Segundo Zeinal Bava, o interesse estratégico da PT em investir na televisão começa a ser definido em 2003.

No entanto, até 2009 – e, mais concretamente, à tentativa que constitui o objecto desta Comissão, não houve qualquer iniciativa da PT no sentido de adquirir a TVI:

P: “Estamos todos muito concentrados nesta tentativa, neste negócio do ano de 2009, e a minha pergunta é esta: conhece outras iniciativas da Portugal Telecom para adquirir a Media Capital?”

Juan Herrero: “Não.”

José Eduardo Moniz: “Antes desta, não conheço.”

Manuel Polanco: - “Que eu conheça, no tempo da Prisa e durante o meu mandato, não”.

2. Formalmente este processo de negociação para a compra da TVI inicia-se numa reunião entre a PT e a PRISA, realizada em Lisboa no dia 26 de Maio de 2009, na sequência de encontros anteriores sobre conteúdos, publicidade e outros assuntos de interesse comum, de acordo com o depoimento de Manuel Polanco.

Dois dias depois, na sua segunda audição, Zeinal Bava confirma quer a data quer a reunião, bem como a disponibilidade revelada, na referida reunião, pelo Administrador da PRISA de alienar à PT parte do capital da MEDIA CAPITAL. Ambos referiram a participação nesta reunião de Rui Pedro Soares. Do lado da PRISA estiveram também Bernardo Bairrão e Juan Herrero.

A referência ao mês de Maio de 2009, como o mês em que a PT começa a interessar-se pela aquisição da TVI/MEDIA CAPITAL, consta também do depoimento de Paulo Penedos quer na CPI (CPI) quer na Comissão de Ética (CE).

Paulo Penedos: «tenho ideia que a minha intervenção poderá ter começado em Maio de 2009. O Dr. Rui Pedro Soares colocou-me a questão de a Portugal Telecom poder avançar para uma aquisição de uma parte não de controlo da TVI.

Eu não tenho nenhum conhecimento directo dessas negociações da equipa que liderou o processo, porque o conhecimento que

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

tinha, como já disse aos Srs. Deputados, era aquele me era transmitido, pedindo-me este ou aquele documento, por parte do administrador a quem eu reportava directamente, o Dr. Rui Pedro Soares.”

No dia 14 de Maio, Zeinal Bava é entrevistado por Judite de Sousa. Ao longo da entrevista não há qualquer referência ao interesse da PT na aquisição de uma participação na MEDIA CAPITAL/TVI.

A reunião de dia 26 de Maio, os seus participantes e o seu conteúdo, não tinham sido referidos por qualquer administrador da PT ou da PRISA/MEDIA CAPITAL nos depoimentos que prestaram antes da audição de Manuel Polanco, quer na Comissão de Ética quer na CPI.

Manuel Polanco, CPI: “nós tivemos muitas reuniões, dezenas de reuniões, entre PT e a Media Capital, porque havia muitos assuntos para discutir.

Na reunião do dia 26 de Maio, que foi referida aqui, nós tivemos uma reunião entre uma série de membros da TVI – Media Capital e uma série de membros da Portugal Telecom e nela falámos de um largo leque de questões que estão permanentemente em cima da mesa entre ambas as empresas.

E lembro-me que, numa dada altura, porque os senhores lembram-se de que houve vários comentários sobre a possibilidade de que Prisa saísse de Portugal e saísse da Media Capital, tive um aparte com o Eng.º Zeinal Bava e disse-lhe que, para nós, poderia ser muito interessante que a PT tomasse essa participação minoritária... Creio recordar que foi lá quando falámos, mas numa maneira informal, porque simplesmente sugeri a possibilidade.”

Zeinal Bava, CPI: “conforme penso que já disse aqui, várias vezes, na CPI, nós tivemos um contínuo de reuniões com a Prisa, tivemos reuniões também no mês de Maio, e em várias dessas reuniões foi falada, foi aventada a hipótese de podermos vir a fazer qualquer coisa com eles que fosse para além daquilo que estávamos à procura, que eram conteúdos, publicidade e alguma associação na área da *Internet*.”

“De facto, houve uma reunião em Maio... Ele (*Manuel Polanco*), ontem, penso eu, aventou a hipótese de a PT poder vir a ponderar esse investimento... Sim, confirmo”.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Rui Pedro Soares participou nesta reunião de 26 de Maio. Até ao depoimento do Manuel Polanco, essa participação era desconhecida da CPI. No depoimento prestado à Comissão de Ética – do qual não há transcrição, Zeinal Bava referiu a presença de Rui Pedro Soares numa reunião a 19 de Junho. Questionado sobre as razões dessa presença, explicou que ela se devia ao facto de “ter por hábito fazer-se acompanhar por outros administradores em reuniões deste tipo” e que, na circunstância, “Rui Pedro Soares estava disponível e era o administrador que estava mais à mão”. Posteriormente, Zeinal Bava acrescentou outras explicações, nomeadamente, de natureza profissional/curricular e de experiência nestes temas, para a presença de Rui Pedro Soares:

Zeinal Bava: “Eu disse que ele tinha responsabilidades na APAN, eu disse que ele geria... Sr. Deputado, a APAN é a entidade que gere toda a relação dos meios com os anunciantes do País. E quando se está a negociar um contrato de publicidade, ele tem conhecimento de mercado que considero relevante. Ele tinha tudo o que era a gestão dos patrocínios desportivos, ele tinha uma sensibilidade à volta de conteúdos, porque estive na génese de um canal que fizemos com...”

Justificando esta escolha de Zeinal Bava e o envolvimento de Rui Pedro Soares neste negócio, disse Paulo Penedos:

Paulo Penedos: “O Sr. Dr. Rui Pedro Soares tinha outros pelouros para além do imobiliário. Se o Sr. Deputado diz que já recebeu da Portugal Telecom toda a informação corporativa relativamente aos pelouros do Dr. Rui Pedro Soares, poderá constatar, facilmente, que, em função de ter a responsabilidade dos patrocínios corporativos na área do desporto, o Dr. Rui Pedro Soares tinha de acompanhar”.

Sobre o mesmo assunto, Luís Pacheco Mello, administrador executivo da PT, declarou na CPI:

Luís Pacheco de Mello: “não sei por que foi o dr.º Rui Pedro Soares a participar nesta negociação”

Ouvidos outros depoimentos, percebe-se que Rui Pedro Soares não era presença habitual nas reuniões entre a PT e a MEDIA CAPITAL.

P: “Enquanto membro do Conselho de Administração da Media Capital, teve conhecimento de negociações feitas com a PT sobre matéria de conteúdos?”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Juan Herrero: “ Nós temos, constantemente, negociações com a PT. Lançámos a TVI 24 com a ZON e estamos, há muitos anos, a falar com a PT, desde que sou administrador, para fornecer conteúdos à plataforma MEO.”

P: “E alguma vez participou nessas negociações?”

Juan Herrero: “Bastantes vezes.”

P: “E alguma vez, nessas reuniões em que participou, esteve presente o Dr. Rui Pedro Soares, em representação da PT?”

Juan Herrero: “Não.”

P: “Quem eram, habitualmente, os administradores da PT que participavam nessas reuniões sobre conteúdos?”

Juan Herrero: “Pessoas de conteúdos da plataforma

MEO, que nada tinham a ver com administradores nem nada disso.”

3. Posteriormente, em data que a CPI não conseguiu apurar, através de contacto telefónico, Manuel Polanco e Zeinal Bava, combinam nova reunião para 19 de Junho.

Manuel Polanco: “Creio recordar que fiz uma telefonema ao Eng.º Zeinal Bava e perguntei-lhe se tinha pensado sobre a proposta que eu tinha lançado e ele respondeu que poderia ser interessante e por que é que não combinávamos um encontro para o dia 19”

4. Antes dessa reunião, Rui Pedro Soares desloca-se a Madrid no dia 3 de Junho e reúne com Manuel Polanco. Esta reunião foi da iniciativa de Rui Pedro Soares, não tendo sido do conhecimento dos responsáveis da PT, nem antes nem depois da sua realização, segundo declarações dos próprios à CPI. Durante a reunião, entre outros temas e por iniciativa de Rui Pedro Soares, foi abordado o negócio PT/TVI, nomeadamente, a disponibilidade da PRISA quanto à alienação da sua participação na Media Capital:

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Zeinal Bava: “No entanto, afirmo o que já disse: não sabia da viagem do dia 3, não sabia se o Dr. Rui Pedro Soares tinha estado ou não com o Manuel Polanco e, sinceramente, não sabia o que é que ele falou ou não falou com o Manuel Polanco na reunião.”

Zeinal Bava: — “Sr. Deputado, penso que essa pergunta me foi feita, várias vezes, da última vez que aqui estive. Não foi uma, foram várias vezes e respondi que não conhecia a viagem, que a viagem tinha sido aprovada seguindo os processos internos da PT, que a viagem tinha sido assinada por um outro administrador, que o conteúdo da conversa que ele possa ter tido ou não com o Manuel Polanco não era por mim conhecido e que penso que nem sequer era conhecido de ninguém, na PT, o porquê da deslocação. Nós trabalhamos com base na confiança, o Dr. Rui Pedro Soares tinha várias funções na PT que o obrigavam a viajar e era normal os administradores viajarem para cumprirem aquelas que eram as suas tarefas e os seus pelouros. Por isso, respondi taxativamente que não sabia que a viagem tinha acontecido, que não conhecia o conteúdo nem com quem o Dr. Rui Pedro Soares se tinha encontrado.”

Manuel Polanco: “ Não posso dizer quais as expectativas que tinha o Rui Pedro Soares, mas o que é certo é que ele vinha para tentar esclarecer qual era a posição da Prisa na Media Capital, isto na sequência da quantidade de rumores que existiam nos últimos meses sobre a situação financeira da Prisa, em que se falava da possibilidade de a Prisa vender a totalidade da companhia, e ele, simplesmente, queria saber qual a situação.

5. Na reunião do dia 19 de Junho, a PT e a PRISA acordam os termos gerais do negócio (aquisição pela PT de 33% do capital da MEDIA CAPITAL), “um acordo de intenções”, como disse Manuel Polanco. Pela PT, para além de Zeinal Bava, participou Rui Pedro Soares.

Zeinal Bava: “Mas, como já disse repetidas vezes, quer na Comissão de Ética quer na CPI, a negociação, o esboço do *term sheet* aconteceu na reunião do dia 19”.

6. No mesmo dia (19 de Junho), José Eduardo Moniz é convidado por Rafael Mora (administrador da Ongoing e membro do CA da PT em representação daquela sociedade) para integrar o grupo Ongoing. Durante a conversa, é informado por José Eduardo Moniz do processo de aquisição da TVI pela PT, negócio que desconhecia estar em curso, segundo declarou à CPI. Posteriormente, a 21 ou a 22 (o depoente não se recorda da data exacta),

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

tentou confirmar o negócio com Henrique Granadeiro que lhe respondeu “desconhecer o negócio”.

José Eduardo Moniz disse à CPI ter tomado conhecimento do negócio PT/TVI “por volta do mês de Maio, julgo que através de administradores da MEDIA CAPITAL, talvez Bernardo Bairrão”.

7. No dia 21 de Junho, após uma sessão de trabalho com Luís Pacheco de Melo e Rui Pedro Soares, para elaborar a 1ª versão da proposta de term-sheet a apresentar à PRISA, Zeinal Bava reúne com Henrique Granadeiro e apresenta-lhe pela primeira vez o negócio de compra de uma participação na Media Capital.

O presidente do CA da PT levanta reservas à operação, com base na sua inoportunidade política e nos riscos para a reputação da empresa. Apesar destas reservas do presidente do CA da PT, decidem avançar com o processo.

Henrique Granadeiro: “Vamos directamente à questão: efectivamente, a minha objecção de fundo àquele negócio tinha a ver com o facto de haver um conflito aberto e bastante violento entre o Governo, o Sr. Primeiro-ministro e a TVI. Era público e notório!

Portanto, nunca ninguém olharia para o negócio da PT naquela altura como um negócio do ponto de vista estratégico, ainda que económico e financeiro. De facto, era um negócio muito bom, mas ninguém deixaria de ver a PT a intrometer-se dentro de um conflito entre a TVI e o Sr. Primeiro-ministro.

Esta era a minha objecção de fundo ao negócio, e foi disso que dei conhecimento ao Sr. Presidente da Comissão Executiva. Obviamente, como tecnocrata que é, ele insistia muito nas vantagens para a PT, que eram efectivas e muito importantes.

Mas, efectivamente, nunca abandonei a minha visão sobre a inoportunidade absoluta do negócio naquela altura. Esta é que é a grande questão! Não foram tanto as declarações que, depois, a Sr.ª Dr.ª Manuela Ferreira Leite fez, que foram importantes, ou, melhor, que foram graves, porque nos obrigaram a pedir ao Presidente da Comissão Executiva para ir esclarecer o País sobre a parte racional do negócio, nem sequer as do Sr. Presidente da República, que também pediu...

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Imagine o Sr. Deputado que tínhamos feito aquele negócio. A PT seria o «bombo da festa» da campanha eleitoral, que já tinha os motores em marcha, e teria sido um prejuízo reputacional brutal para a PT”.

Henrique Granadeiro: “O eng^o. Zeinal não disse nada sobre envolvimento de RPS nas negociações, só soube disso em Fevereiro de 2010, quando se levantou o problema”.

8. No dia 22 de Junho, segundo informação divulgada por alguns órgãos de informação, o ministro Mário Lino terá estado com Rui Pedro Soares. Durante a sua audição na CPI, esta notícia é comentada pelo Mário Lino da seguinte forma:

Mário Lino: “conheço o Dr. Rui Pedro Soares, mas ele nem é das pessoas que conheço melhor no Conselho de Administração da PT; há outras que conheço há mais anos e melhor! Também conheci o Dr. Pedro Soares, por quem tenho um grande apreço. Lembro-me que, a certa altura, me interrogaram: «O senhor teve um encontro com o Dr. Rui Pedro Soares no dia 22 de Setembro?». Admito que sim. Mas tive o cuidado de ir ver à minha agenda e nela não consta que tenha tido esse encontro com o Dr. Rui Pedro Soares. Tenho uma relação de amizade com o Dr. Rui Pedro Soares, como tenho com outros membros do Conselho de Administração da PT. Não posso garantir ao Sr. Deputado que tive um encontro no dia 22 de Junho, porque não consta da minha agenda. Não tenho registado.”

(...)

“Admito que o Dr. Rui Pedro Soares, às vezes, podia passar pelo Ministério (e passou algumas) para me cumprimentar, para falarmos sobre futebol... Ele estava a ter o filho nessa altura e estava a ter problemas com o parto da mulher, e coisas desse género. Falámos de coisas muito rápidas sobre esse assunto. Mas pode ter a certeza de que não falei, nem falaria, nem passaria pela cabeça do Dr. Rui Pedro Soares vir falar-me sobre qualquer matéria da PT, pois ele sabia que sou muito rigoroso nisso: PT só com o Dr. Henrique Granadeiro!”

(...)

“Sr. Deputado, o jornal *Sol* fez a seguinte afirmação: «O senhor encontrou-se com o Dr. Rui Pedro Soares...» Isto uns meses depois. Sr. Deputado, em que dia foi isso?”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

[Resposta do deputado que estava no uso da palavra: “No dia 17 de Fevereiro”]

“No dia 17 de Fevereiro e isto passou-se em 22 de Junho, portanto, oito meses antes.”

[Mário Lino descreve a questão do jornalista do Jornal Sol]

«O senhor encontrou-se, no dia 22 de Junho, com o Dr. Rui Pedro Soares, às 9 da manhã. Foi para discutir o problema da TVI?».

“Eu disse: «Olhe, desculpe, eu não discuto esses assuntos com ele. Se me encontrei com ele, foi para discutir questões de natureza meramente particular. Eu não tenho nada que falar sobre as minhas conversas particulares, porque eu com o Dr. Rui Pedro Soares só trato de assuntos particulares, conversas sobre futebol, os amigos, coisas gerais. Não discuto problemas sobre a PT.» Não fui eu que disse que tinha estado no dia 22. Admiti que sim. O *Sol* dizia que eu tinha estado... Como, às vezes, me encontrava com o Dr. Rui Pedro Soares e almoçava com ele, se me tivesse dito que eu tinha almoçado com ele nesse dia, eu admitia que sim. Disseram-me: «O senhor encontrou-se». E eu pensei: «É pá, se calhar, viram-me a falar com ele, não sei. Alguém». Admiti que sim, não era impossível que tivesse falado com ele. Depois, pensei «deixa-me cá ver se tive alguma reunião com o Rui Pedro Soares no dia 22.» Fui ver a minha agenda — eu registo todas as minhas reuniões na agenda, de uma maneira geral, não quer dizer que alguma não escape — e verifiquei que não tinha. Tinha a seguinte indicação: das 8 às 9 horas — ginásio (é o que está cá, às 2.^a, 4.^a e 6.^a feiras foi, e continua a ser, matemático, só que agora passou a ser diferente); ao meio-dia — reunião com o Paulo Campos; e à tarde uma reunião com o Primeiro-ministro sobre um assunto qualquer. Não tinha registado o nome de Rui Pedro Soares. Até lhe perguntei: «Lembras-te de termos falado» e ele disse-me: «Não. Na minha agenda, também não tenho nada». Não sei.”

(...)

“Não estou a dizer-lhe que não falei com ele no dia 22, estou a dizer que não me lembro, nem tenho nada na minha agenda. Mas isso é irrelevante. Relevante é isto, Sr. Deputado: não falei com ele nem sobre a PT, nem sobre o negócio da PT com a TVI, no dia 22, nem em nenhum dia, Sr. Deputado. Nem com ele, nem com o Pacheco de Melo, nem com nenhum administrador da PT, executivo ou não executivo, que não fosse Henrique Granadeiro e Zeinal Bava.”

(...)



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

“Sr. Deputado, em primeiro lugar, não lhe disse que, em 2006, não conhecia o Dr. Rui Pedro Soares. Ouça! Eu não disse que não conhecia, disse que não conhecia bem, não tinha grande relacionamento. Não o vi pela primeira vez em 2006, mas não o conhecia bem, não era uma pessoa do meu relacionamento, como passou a ser depois. Também era membro do Partido Socialista, simpatizei com ele, tive empatia como tenho por muitas pessoas.”

Nesse dia (ou no dia seguinte), Henrique Granadeiro pede uma audiência ao Primeiro-ministro, que não chega a realizar-se:

Henrique Granadeiro: “Sr. Deputado, nessa semana, não sei se segunda-feira ou terça-feira, pedi à minha secretária que pedisse à secretária do Sr. Primeiro-ministro uma audiência para a semana seguinte, o que, na linguagem dos negócios, significa claramente que poderia falar com ele na semana seguinte, mas que não queria falar com ele naquela semana. Portanto, sabendo do conflito que havia entre o Primeiro-ministro e o Governo, de um lado, e a TVI, do outro lado, obviamente, não queria falar com o Primeiro-ministro nem com o Ministro!

É que, efectivamente, confirmo que não recebi a mínima indicação do Governo para fazer aquele negócio, mas também não queria falar com o Governo sobre aquele negócio. Era uma questão com a qual não queria ser confrontado com o Governo naquela semana, nem por minha iniciativa nem por iniciativa do Governo.

Eu já expliquei, Sr. Deputado. Se lhe dei uma indicação segura de que pedia uma entrevista ou manifestava interesse numa audiência com o Sr. Primeiro-ministro na semana seguinte era porque, nessa semana, efectivamente, eu não gostaria de levar aquele problema ao Governo. Qual era a minha intenção? Seguramente, seria para lhe dar conta de que não tinha havido negócio”

Resposta do Primeiro-ministro à CPI sobre este assunto:

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Sei que o Presidente do Conselho de Administração da PT, não sei se pessoalmente ou através do respectivo secretariado, terá telefonado para o meu Gabinete na semana entre 21 e 27 de Junho para agendar uma reunião para a semana subsequente. Não foi indicado nenhum tema para essa reunião, que nunca chegou a ser agendada. A reunião não se chegou a realizar porque depois de nos termos encontrado no jantar de dia 25 de Junho (vd. resposta à pergunta nº 3), e depois da reunião ocorrida no dia 26 com o então Ministro das Obras, Transportes e Comunicações (vd. resposta à pergunta nº 6), o Presidente do Conselho de Administração da PT não voltou a manifestar interesse na sua realização.

O Jornal Expresso noticiou que o Primeiro-ministro recebeu Henrique Granadeiro, em S. Bento, no dia 23. Esse encontro é desmentido pelos dois, nos seguintes termos:

“Não tive qualquer reunião com o Dr. Henrique Granadeiro no dia 25 de Junho, em S. Bento ou em qualquer outro lugar. E o próprio já esclareceu que não esteve em S. Bento nesse dia”. (resposta do PM à pergunta nº 44 da CPI)

“A divulgação da agenda do PR, PM e outros órgãos de soberania, é da exclusiva competência dos próprios. Por isso não devo confirmar nem desmentir a informação que o seu director diz ter”. (email enviado por Henrique Granadeiro ao jornalista Nicolau Santos, do Expresso, às 17.43h, dia 25 de Junho)

9. No dia 23 de Junho os jornais diários DE e i publicam notícias sobre o negócio PT/TVI, com chamada à primeira página. Há referências a outros interessados na aquisição, nomeadamente, a espanhola Telefónica, o grupo Controlinveste e a Ongoing (ver anexos)

Excluindo o caso da PT, não se conhece qualquer posição ou declaração oficial por parte de responsáveis daquelas empresas que permita confirmar ter existido qualquer interesse da sua parte naquela aquisição.

O jornal i afirma que o Governo acompanha o negócio, afirmação não comentada, confirmada ou desmentida pelo Governo.



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

A origem desta informação é desconhecida. Alguns depoentes questionados sobre o assunto, nomeadamente sobre a possibilidade da referida notícia ter sido “fabricada e plantada”, nada disseram que permitisse esclarecer a sua origem e motivações. Por parte dos intervenientes PT e PRISA/MEDIA CAPITAL não foram efectuadas quaisquer diligências no sentido de identificar os responsáveis pela fuga de informação:

P: “Gostava de colocar-lhe a seguinte questão: no dia 23 de Junho houve um jornal, em Portugal, que trouxe uma fuga de informação de acordo com a qual a Telefónica estaria interessada em comprar uma participação na Media Capital. Alguma vez, no seu relacionamento com a Telefónica - e já nos disse que tem relações próximas com a Telefónica -, lhe foi referido, em alguma reunião, esse seu interesse em comprar a Media Capital?”

Manuel Polanco: - Em nenhum momento.

Zeinal Bava: “Não sei de onde é que partiu a fuga de informação. As fugas de informação em negócios sensíveis acontecem aqui, como acontecem em qualquer outro país do mundo e vão continuar a acontecer. Quando as fugas de informação acontecem, o negócio pode ficar inviabilizado, mas muitas vezes pode ser acelerado e ser concretizado. Por isso, há de tudo: há uns que ficam pelo caminho e outros que são concretizados. Por isso é que temos de assegurar uma certa aceleração do negócio. Em relação à fuga de informação, fizemos aquilo que era suposto, que era avançar depressa. Não fiz «caça às bruxas», porque não acredito que deva ser esse o comportamento. Se alguém fez essa fuga de informação, não sei de onde é que partiu. As más acções ficam com quem as pratica, que, neste caso, prejudicaram claramente a PT, e não devia ter havido essa fuga de informação. Portanto, seja quem for, então que fique sabendo que, de facto, prejudicou a PT. E, sinceramente, se não tivesse havido essa fuga de informação, a probabilidade de termos conseguido concretizar essa transacção teria aumentado.”

Paulo Penedos: - Não fiquei surpreendido com essas notícias. Mais uma vez, para responder com verdade, se eu disse na Comissão Parlamentar de Ética que os primeiros documentos que olhei foi em Maio, como é óbvio, não posso dizer que me tinha surpreendido.

P: Nunca o Sr. Dr. Paulo Penedos se referiu às notícias sobre a Telefónica como uma cortina de fumo?

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Paulo Penedos: “Em relação à pergunta concreta que o Sr. Deputado me coloca, ao contrário de outras questões que me foram colocadas, por ser verdade e ter memória dela, isto é, há produtos em relação aos quais tenho ideia, que ficaram aquém ou além, mas em relação a esse tenho memória de ter falado disso. (...)

Não sei – e é por isso que acho que é um terreno perigoso que estamos a pisar – se a questão da cortina de fumo, depois, tem a tradução que lhe foi dada, mas para responder com verdade, lembro-me dessa conversa. Tenho memória.”

10. Às 18h do dia 23 de Junho, Rui Pedro Soares parte para Madrid em voo fretado, levando consigo a term-sheet pré-acordada com a PRISA, com o estatuto de fiel depositário da comissão executiva da PT e o objectivo de se encontrar com Manuel Polanco.

Em relação à primeira versão, esta term-sheet incluía várias alterações, acordadas pelos intervenientes entre os dias 19 e 24 de Junho.

O regresso de Rui Pedro Soares estava previsto para o mesmo dia 23 mas só viria a verificar-se a 25 de manhã, em virtude da PRISA não ter aceite algumas cláusulas da proposta:

Zeinal Bava: «O Dr. Rui Pedro Soares era um fiel depositário da Comissão Executiva em Madrid, à espera de ter instruções minhas e do meu CFO se, porventura, a transacção fosse aprovada em Conselho Executivo, recomendada ao Conselho de Administração e aprovada em Conselho de Administração”. “Esteve para garantir proximidade, caso nós tivéssemos que evoluir a transacção para um outro patamar”. “O que aconteceu foi que a Prisa e nós não chegámos a acordo e, por isso ele regressou à base (no dia 25)”.

Manuel Polanco: “Confirmo que estive um dia, não sei se no dia 23 ou no dia 24. Lamento não poder confirmar, mas não estive os dois dias com ele.” Em alguma das conversações, provavelmente, o Eng. Zeinal Bava ter-me-á dito que viria o Dr. Rui Pedro Soares trazer o esboço, segundo creio. Mas quero sublinhar que não trazia uma *term sheet* para ser assinada pela Prisa. Era uma *term sheet* com vista a continuar a negociação.”

Manuel Polanco: “Bom, depois do dia 19 de Junho, quando foram delineadas as primeiras linhas do negócio, o Dr. Rui Pedro Soares veio ter comigo a Madrid para continuar a negociação do eventual acordo. De facto, do dia 19 até o dia 23 ou 24 houve toda uma série de trocas de informação pelo telefone principalmente, até

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

porque eu tinha uma reunião corporativa em Madrid que era bastante complexa, e estivemos a trocar informações sobre o que teria sido o «esqueleto» esboçado no dia 19 (até um desenho já um bocado mais concreto), que foi surgindo já nos dias 21, 22 e 23. Ele chegou, não sei se foi no dia 22 ou no dia 23. As alterações foram sendo apresentadas, como em todas as negociações, por ambas as partes. Algumas eram propostas por nós e outras pela Portugal Telecom. O objectivo (da reunião com dr. Rui Pedro Soares) era analisarmos o *term sheet* pessoalmente, porque antes eu não tinha podido estar de forma pessoal em nenhuma reunião, e ver quais as possibilidades para que as negociações chegassem a bom termo. Mas havia uma série de elementos financeiros que para nós eram inaceitáveis e não continuámos para a frente.”

Ao contrário do afirmado por Henrique Granadeiro («Estou seguro que não houve reunião de Rui Pedro Soares em Madrid com os representantes da Prisa»), Rui Pedro Soares e Manuel Polanco reuniram-se em Madrid não só no dia 23 ou 24, mas também em 3 de Junho.

Às 18h30, no dia 23 de Junho, Zeinal Bava encontra-se com José Eduardo Moniz. O objectivo da conversa é informá-lo do negócio em curso entre a PT e a MEDIA CAPITAL e convidá-lo para assessor/consultor da PT. Zeinal Bava deu previamente conhecimento desta diligência a Manuel Polanco, da PRISA. O momento, a forma e os termos em que o fez não foram clarificados:

Zeinal Bava (sobre o dia em que informou Manuel Polanco): “Não me recordo exactamente, mas deve ter sido no dia em que houve a fuga de informação, que foi naquela terça-feira, no dia 23...”

“Por isso, achei que tinha que dar conhecimento ao Manuel Polanco e ele autorizou-me a ter essa conversa, sabendo a boa relação que sempre tive com o Eduardo Moniz.”

Manuel Polanco: “É verdade que o Sr. Eng.º Zeinal Bava tinha-me falado que, no âmbito da negociação iniciada, ele pensava o mesmo que eu: que José Eduardo Moniz era uma mais-valia para o grupo se ficasse, e sei que mantiveram conversações, mas nada mais. Não comentou de maneira nenhuma os pormenores da conversa que teve com o Dr. José Eduardo Moniz. Simplesmente comentou que iria tê-la.”

Zeinal Bava (sobre o dia em que agendou a reunião com o dr. José Eduardo Moniz): “Mas, a partir do momento em que nós íamos tomar uma posição pública sobre essa transacção, entendi que era

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

de bom-tom e elegante comunicarmos pessoalmente ao Dr. José Eduardo Moniz qual era a posição, até porque temos laços de amizade, conhecemo-nos há muito tempo e queria que ele soubesse, da minha parte, o que é que nos ia na alma e qual era o nosso objectivo, do que através de uma notícia que fosse publicada na Lusa.” Quando o abordei, fi-lo exactamente porque era uma pessoa que respeitávamos, porque era um amigo e dizíamos: «você tem que trabalhar comigo e com este grande projecto que vamos fazer de língua portuguesa, que visa colocar a Portugal Telecom entre as empresas de maior referência no mundo».

Zeinal Bava: Sr. Deputado, em relação à minha conversa com o Dr. José Eduardo Moniz e a possibilidade de ele vir, de alguma forma, a colaborar com a PT, tinha definido o que é que ele faria connosco, que tipo de apoio precisaríamos dele para potenciar aquilo que estávamos a fazer. E, por isso, nunca discuti com ele as implicações práticas que isto poderia ter no que ele fazia na Media Capital.”

Manuel Polanco: “O que nós queríamos é que o José Eduardo Moniz ficasse na operação, como parte fundamental da operação que iria ser criada. Manter-se nas funções que exercia não...”

Ao contrário do sugerido por Zeinal Bava - a conversa com José Eduardo Moniz teria sido marcada no próprio dia 23 por uma razão de cortesia, em virtude da comunicação à CMVM, José Eduardo Moniz diz que o encontro foi marcado com alguns dias de antecedência.

José Eduardo Moniz: - “Não. Nós não marcámos a conversa naquele dia. Marcámos a conversa, salvo erro, durante o fim-de-semana.”

O convite a José Eduardo Moniz estava suportado numa proposta de contrato, elaborado pela sociedade de advogados Garrigues e analisado por Paulo Penedos, à data consultor jurídico da PT e assessor de Rui Pedro Soares.

Paulo Penedos: - “Sobre os objectivos desse contrato, como é óbvio, não vou entrar em detalhes pelas razões que já aqui explanei vastamente. Mas, como também resulta óbvio, dadas as habilitações profissionais do Dr. José Eduardo Moniz, era um contrato que visava ter a sua prestação de serviços na área dos conteúdos e, se o negócio se tivesse concretizado, na maximização em todas as plataformas, como já tinha dito há pouco, dessa aquisição, se ela viesse a ser consumada”.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

“Quem me deu o contrato para analisar foi o Dr. Rui Pedro Soares.”

Segundo declarações do próprio, Zeinal Bava desconhecia qualquer intervenção de Paulo Penedos na preparação do negócio entre a PT e a PRISA.

Zeinal Bava: “o Dr. Paulo Penedos, para todos os efeitos, para mim, nunca participou nesta transacção e, sem efectivamente, o Dr. Rui Pedro Soares falou com o Dr. Paulo Penedos sobre esta transacção, não devia tê-lo feito, porque quem decide quem está nas equipas negociais da PT sou eu, como presidente executivo da casa. Por isso, se, efectivamente – lá está, ele trabalhava com o Dr. Rui Pedro Soares –, falaram, não o deviam ter feito, porque esta era uma transacção confidencial e o limite da equipa tinha sido definido por mim. Essa incumbência é minha e eu não a delego em ninguém na nossa empresa.”

O contrato não chegou a ser mostrado a José Eduardo Moniz em virtude da sua recusa em aceitar o convite da PT.

José Eduardo Moniz: “Portanto, se vocês querem, entrem; eu vou-me embora e depois logo se vê.» “Para clarificar as coisas, devo dizer também que, nessa conversa, contrariamente ao que já foi dito, ou seja, que a minha resposta teria sido um «nim», a minha resposta foi muito linear e foi não».

Às 21.11h, do dia 23 de Junho a PT comunica à CMVM, na sequência dos esclarecimentos pedidos por esta entidade, as negociações em curso com a PRISA/MEDIA CAPITAL, incluindo a possível aquisição de uma participação no capital social da MEDIA CAPITAL, adiantando que “não foi contudo celebrado qualquer acordo”. No seu depoimento à CPI, o ministro da tutela, Mário Lino, refere-se a esta comunicação, nos seguintes termos:

Mário Lino: “os esclarecimentos do Conselho de Administração constam da nota que esse Conselho mandou para a CMVM no dia 23. Diz assim: «A Portugal Telecom confirma a existência de contactos entre o Grupo PRISA e a Portugal Telecom. Tais contactos abordaram diversos cenários de investimento, incluindo a possível aquisição de uma participação no capital social da Média Capital e formas de relacionamento entre esta empresa e a PT. Não foi, contudo, celebrado qualquer acordo.» O Governo estava informado por esta via.”

“O Presidente do Conselho de Administração da PT informa a CMVM no dia 23, à noite, repito, à noite, que havia uns contactos para analisar várias oportunidades e uma das hipóteses podia ser a de incluir a aquisição de uma participação do capital social e que não há nenhum acordo. E eu aguardei que o Conselho de

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Administração da PT tomasse a iniciativa. Eu não tenho de andar atrás do Conselho de Administração da PT, Sr. Deputado.

“A única coisa de que tive conhecimento, através de um comunicado à CMVM, no dia 23, foi que a PT tinha iniciado uma discussão, um diálogo, uma avaliação, uma hipótese de negócio nesse sentido. Não percebo a sua pergunta, porque eu não soube pelos jornais que a PT ia adquirir o que quer que fosse.”

O Primeiro-ministro, nas respostas à CPI, afirma só ter tido conhecimento desta comunicação no dia seguinte (dia 24), depois do debate no Parlamento, ao fim da tarde.

11. No dia 24 de Junho, a PRISA comunica à PT a sua discordância com algumas cláusulas da term-sheet, por problemas de natureza financeira colocados pelos bancos com que a PRISA trabalhava, e a necessidade de continuar a negociar com a PT para chegar a um acordo final.

Zeinal Bava: “ficou claro, no dia 24 (penso que foi 24), que algumas daquelas cláusulas não eram aceitáveis para a Prisa. Por isso, ficou claro que, no dia 24, essas condições não estavam reunidas. Não quer isso dizer que o negócio não continuasse a ser estratégico e atractivo. O que aconteceu foi que a Prisa e nós não chegámos a acordo e, por isso ele (Rui Pedro Soares) regressou à base. Por isso é que o Manuel Polanco, no dia 25 esteve aqui (em Lisboa), porque já não fazia sentido estar em Madrid.”

Manuel Polanco: - “Tudo é ultrapassável, se existe a intenção das duas partes”.

Zeinal Bava: “Nunca dissemos que o negócio estava morto”

A contrário desta explicação de Zeinal Bava, a razão da presença de Manuel Polanco em Lisboa no dia 25 foi a reunião do CA da MEDIA CAPITAL realizada nesse dia.

No dia 24 de Junho, os diários i e Jornal de Negócios anunciam que a PT vai adquirir parte da TVI (ver anexos). O jornal i adianta que o ministro Augusto Santos Silva recusou “comentar fontes anónimas”, quando confrontado com a possibilidade da entrada da PT no capital da MEDIA CAPITAL ser uma forma de o Governo pressionar a linha editorial da informação da TVI. O mesmo jornal publica comentários do deputado do PS Arons de Carvalho. Estes comentários foram recolhidos na véspera, dia 23.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

No mesmo dia 24, durante o debate quinzenal realizado no Parlamento, o Primeiro-ministro José Sócrates, em resposta a perguntas dos deputados Diogo Feio e Francisco Louçã, declara: “O Governo não dá orientações, nem recebeu qualquer tipo de informação sobre negócios que tenham em conta as perspectivas estratégicas das PT”.

Diogo Feio (CDS): “Senhor Primeiro-ministro, a outra questão que lhe queria colocar tem a ver com a hipótese de compra de 30 por cento da TVI pela PT. Sabemos que são negócios entre privados e, evidentemente, em relação a esses não nos metemos. No entanto, queria saber o seguinte: em primeiro lugar, o Governo foi ouvido em relação a esta proposta, tendo em atenção a “acção dourada” que tem na PT e que a Caixa Geral de Depósitos tem como único accionista o Estado? Em segundo lugar, será que estaremos a assistir a uma mudança editorial na TVI, seja ela qual for? Não considera estranho que tenhamos uma situação na RTP, que é do Estado, na SIC que é privada, e na TVI, que pode passar a ser “assim-assim”?”

(...)

Primeiro-ministro: “Senhor deputado Diogo Feio queria fazer-lhe a seguinte pergunta: a propósito dessa questão que me colocou e desculpe devolver-lha, mas qual é o interesse que o senhor deputado tem na questão da TVI e na linha editorial da TVI? Está preocupado com alguma coisa?”

Como eu o percebo, senhor deputado, como eu o percebo! Portanto o senhor deputado acha que a TVI tem seguido uma linha contra o Governo e deve manter-se assim.”

Primeiro-ministro: “Nada de alterar linhas editoriais! Olhe, senhor deputado, eu nada tenho a ver com linhas editoriais, muito menos da TVI. Já disse tudo o que tinha a dizer sobre a TVI. O Governo não dá orientações, nem recebeu qualquer tipo de informação sobre negócios que tenham em conta as perspectivas estratégicas da PT.

É apenas isso que tenho para lhe dizer, mas registo o seu interesse.

Portanto, o interesse do CDS é: “Vamos ver: a PT vai ter um negócio em que pretende comprar parte da TVI. Será que isso vai alterar a linha editorial da TVI?” O senhor deputado está preocupado com isso? Não será bom deixar esse assunto para os privados? Ou considera que se deve manter tal como está?! Não tirem de lá ninguém, porque assim é que está bem! Compreendi-o muito bem senhor deputado!”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

(...)

Francisco Louçã: “ (...) Termino com a referência à questão da TVI.

O problema não é de linhas editoriais. Aliás a TVI já tomou decisões erradas. Quando correu com Marcelo Rebelo de Sousa, nosso adversário político, levantámo-nos em defesa do pluralismo em qualquer órgão de comunicação social.

Ora, o Estado tem uma golden share na PT, o que lhe confere poder de decisão sobre assuntos estratégicos. Assim, só precisamos de saber se há ou não intervenção da PT num negócio que, já agora, seja dito aos portugueses, consiste em comprar 30 por cento da Prisa, que vale 84 milhões de euros por 150 milhões! Como os portugueses já estão habituados a ouvir falar de negócios estrambólicos, aqui está mais um: a PT paga 150 milhões por algo que vale 84 milhões. Não quer que lhe perguntemos sobre isso, senhor Primeiro-ministro? Se o Estado faz parte da PT, se é administrador da PT em nosso nome, não temos de levantar-nos e falar da concentração, em defesa do pluralismo, em defesa da liberdade de informação, que é a liberdade dos nossos adversários dizerem contra nós o que acham que devem dizer? Esse é o nosso ponto de vista e é por isso que defendemos princípios essenciais da democracia. Compreenda, senhor Primeiro-ministro: de “contas à Sócrates” o país já está bastante cansado!”

O Primeiro-ministro não respondeu à pergunta do deputado Francisco Louçã.

Por volta das 17h, no final do debate, à saída do hemiciclo, o Primeiro-ministro responde da seguinte forma aos jornalistas:

“Não estou sequer informado disso, nem o Estado tem conhecimento disso. E a PT é uma empresa com autonomia, pode e deve desenvolver os seus negócios com total autonomia. Isso é da responsabilidade da PT, deve fazer essa pergunta à PT não ao Governo, que o Governo nada sabe”.

Nas respostas à CPI (perguntas 5 e 8), o Primeiro-ministro afirma que “já depois do debate parlamentar do dia 24 de Junho, soube da existência dos comunicados remetidos pela PT e pela MEDIA CAPITAL à CMVM”.

O Primeiro-ministro, no dia 24, não podia ter conhecimento da comunicação da MEDIA CAPITAL à CMVM por que esta só foi efectuada no dia 25.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

À noite, na SIC, Manuela Ferreira Leite, à data líder do PSD, acusou o Primeiro-ministro, José Sócrates, de "mentir ao dizer que desconhece a eventual compra pela Portugal Telecom (PT) de 30 por cento da Media Capital, que controla a TVI". A líder do PSD disse ainda que este negócio será "não só preocupante como verdadeiramente escandaloso" caso conduza à substituição do director-geral da TVI.

Mais tarde, estas declarações são comentadas pelo porta-voz do Partido Socialista, João Tiago Silveira:

«O PS considera lamentável e indigna a atitude da Dr^a. Manuela Ferreira Leite. O PSD não apresenta projectos nem ideias. Continuamos sem saber quais são as ideias do PSD para ultrapassar a crise. São essas respostas que as pessoas e as empresas precisam. O PSD disfarça a falta de ideias com estas atitudes. A presidente do PSD foi desmentida. Ficou esclarecido que não houve qualquer ingerência do Governo neste assunto. São acusações sem provas». (LUSA e Antena 1).

Às 00.14h, a LUSA divulga declarações de Henrique Granadeiro, presidente do CA da PT:

"Eu, presidente do conselho de administração da PT, confirmo-lhe formalmente que não propus, nem informei, nem dei conhecimento a nenhum membro do Governo - nem pessoalmente, nem por escrito, nem por telefone - de qualquer iniciativa da PT na direcção da Media Capital".

Por outro lado, Henrique Granadeiro garantiu ainda não ter recebido "nem do Primeiro-ministro nem de nenhum membro do Governo, particularmente do ministro das Obras Públicas, qualquer pedido ou recomendação ou sugestão de que a PT faça qualquer iniciativa na direcção da Media Capital".

O presidente do conselho de administração da PT disse ainda que a líder do PSD "está a falar de um negócio que não existe".

"Toda esta turbulência não tem qualquer fundamentação. Se houvesse qualquer perspectiva de negócio com a Media Capital teria de ser resolvido no conselho de administração", disse.

Henrique Granadeiro salientou mesmo que esta matéria não será tratada na reunião do conselho de administração de quinta-feira (dia seguinte) - marcada desde o início do ano e com agenda definida desde a semana passada - e que "esse negócio só pode ser feito em conselho de administração especialmente convocado para o efeito".

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Como demonstram as actas do Conselho Executivo e do Conselho de Administração, realizadas a 25 de Junho, o negócio foi tratado em ambas as reuniões, ao contrário das previsões de Henrique Granadeiro. Por outro lado, tal como foi afirmado pelos responsáveis da PT, a qualquer momento seria possível convocar uma reunião extraordinária do CA ou reunir em sessão extraordinária após a reunião ordinária do CA.

Henrique Granadeiro: “Isso poderia acontecer. Comigo, até hoje, como lhe disse, nunca aconteceu, pelo que não tenho experiência. Mas está previsto no regulamento do conselho que isso possa acontecer.

Eu podia, nessa manhã, desencadear um processo de urgência e o Conselho acabava e começava outro Conselho e o problema era solúvel.”

“Era possível que naquele dia 25 ainda houvesse uma deliberação do Conselho de Administração”.

12. No dia 25 de Junho, Henrique Granadeiro e Zeinal Bava, ao fim da manhã, decidem “não avançar com a aquisição” e combinam “não agendar o negócio” nas reuniões da CE e do CA a realizar nesse dia, pela “tempestade mediática” levantada em torno da operação, pela sua “inoportunidade política” e pelos “riscos reputacionais” que podiam recair sobre a empresa. Esta decisão é comunicada e discutida na Comissão Executiva.

De manhã, o CA da MEDIA CAPITAL é informado e discute “as negociações ainda em curso com a PT” e aprova uma comunicação à CMVM, cujo conteúdo é divulgado à comunicação social às 16h19m, em conjunto com breves declarações de Manuel Polanco, Bernardo Bairrão e José Eduardo Moniz, elogiosas do “acordo com a Portugal Telecom”. (ver anexos)

Zeinal Bava: “Primeiro, esse comunicado que a Media Capital emitiu naquela quinta-feira à tarde, no limite, foi para nós uma questão extremamente positiva, porque veio confirmar que o negócio que estávamos a fazer com a Media Capital era um negócio que tinha uma lógica estratégica, que criava valor e que tinha o apoio do accionista maioritário, do Presidente executivo e do elemento que considerámos importante — mas, naturalmente, não é a pessoa física é toda a equipa que é importante — que era o José Eduardo Moniz, que, como eu disse repetidas vezes, era um

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

factor importante na nossa tomada de decisão. Por isso, o comunicado que eles fizeram foi, acima de tudo, um voto de confiança na lógica deste negócio, que era bom para todas as partes, e, por isso, achámos aquilo muito bem”.

Os noticiários da hora do almoço, divulgam as palavras do Presidente da República sobre o negócio PT/TVI, reclamando esclarecimentos:

“Face às dúvidas fortes que neste momento estão instaladas na sociedade portuguesa, é importante que os responsáveis da empresa de telecomunicações expliquem aos portugueses o que está a acontecer entre a PT e TVI. É uma questão de transparência”. Referindo que não fazia normalmente declarações públicas sobre negócios de empresas, o Presidente da República entendeu que deveria “abrir uma excepção, pela natureza do sector que está em causa e pela importância nacional da empresa de telecomunicações”. E terminou afirmando que “uma das lições mais importantes que se deviam retirar desta crise económica e financeira que se vive é que deve existir transparência e Ética nos negócios”.

Às 14,30h, o ministro da Presidência Pedro Silva Pereira, na habitual conferência de imprensa realizada após o Conselho de Ministros, afirma:

“Neste momento, os intervenientes no processo o que dizem é que não há, neste momento, a perspectiva de um negócio. Pelo menos são estas as informações actualizadas que disponibilizaram. O Governo não dispõe de outras informações senão aquelas que publicamente foram prestadas pelos diferentes intervenientes neste processo”.

Pedro Silva Pereira cita três fontes desta “informação actualizada”, as mesmas que usou aquando da sua audição nesta CPI: o comunicado da PT à CMVM de dia 23 de Junho, as declarações de Henrique Granadeiro de dia 24 de Junho e um comunicado da Media Capital do próprio dia 25 que classifica o negócio de “rumores”. Este comunicado nunca existiu: o comunicado da MEDIA CAPITAL, acima referido, só foi divulgado depois desta conferência de imprensa e não fala em rumores mas sim em acordo. O que existiu foi um take da LUSA, às 13.19h, citando uma fonte oficial da PRISA em MADRID que classifica de rumores as várias notícias publicadas sobre o negócio PT/TVI. Manuel Polanco não conhecia este comentário da PRISA e desconhece a identidade da fonte oficial. (ver anexos)

P: “Portanto, posso concluir que o Dr. Manuel Polanco não tinha conhecimento deste comentário de uma fonte oficial da Prisa?”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Manuel Polanco: “Não tinha conhecimento.

P: “E, portanto, não nos pode dizer quem é a fonte oficial da Prisa aqui referida?”

Manuel Polanco: - Não sei qual é a fonte oficial da Prisa. Prefiro não fazer conjecturas.

Ao início da tarde, o CA da PT reúne e, no ponto de diversos, é discutido o negócio PT/TVI. Os membros do CA não são informados da decisão assumida por Henrique Granadeiro e Zeinal Bava. Alguns membros do CA abordam o assunto, na maior parte intervindo a favor da realização do negócio (entre os quais, os representantes da CGD e da ONGOING). O CA mandata Zeinal Bava para, na entrevista com Judite de Sousa, na RTP, defender o racional do negócio e o seu interesse estratégico para a empresa.

À tarde, o Primeiro-ministro e o ministro da tutela, Mário Lino, decidem que o Governo deve opor-se ao negócio. O ministro Mário Lino é incumbido de transmitir essa decisão ao presidente do CA da PT.

Resposta do Primeiro-ministro à CPI sobre este assunto:

Tratando-se de uma iniciativa empresarial, só a Portugal Telecom poderá dar explicações, como de resto já fez, sobre as razões determinantes da sua desistência da tentativa de aquisição de uma percentagem da Media Capital. Pela minha parte, posso apenas referir que no dia 25 de Junho de 2009, da parte da tarde, falei com o Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e decidimos que este transmitiria ao Presidente do Conselho de Administração da PT que o Governo não concordava com a realização do negócio, de modo a que não houvesse a mínima suspeita de que, por influência do Governo, a compra de parte da TVI se destinava a alterar a linha editorial desta estação de televisão. Esta decisão foi tomada em função da avaliação que na altura fizemos do impacto e do alarme público motivado pelas suspeições que foram lançadas no âmbito da controvérsia política gerada em torno deste assunto, em especial no seguimento da entrevista à televisão dada pela então líder do maior partido da oposição, na noite do dia 24, e da intervenção do Senhor Presidente da República, na manhã do dia 25. A comunicação da oposição do Governo ao negócio foi feita pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações logo no dia seguinte, 26 de Junho, ao início da manhã.

O ministro Pedro Silva Pereira tem uma versão diferente. Em 5 de Maio, afirmou: “Foi portanto essa entrevista do Eng. Zeinal Bava que defendeu, aliás brilhantemente, esse negócio, de acordo com os interesses estratégicos da PT, que tornou necessário, justificável e bastante compreensível para quem esteja de boa fé, que o Governo tenha no dia seguinte a necessidade de comunicar formalmente a oposição ao negócio”

À noite, Zeinal Bava é entrevistado por Judite de Sousa num “Especial Informação”. Durante a entrevista, Zeinal Bava defende o racional económico e estratégico da aquisição de uma participação minoritária na TVI/MEDIA

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

CAPITAL e não revela ter a PT desistido do negócio. Insistentemente interpelado pela jornalista sobre o conhecimento ou intervenção do Governo no negócio, Zeinal Bava nunca responde directa e explicitamente a essas perguntas.

Ainda à noite, num jantar em casa de Manuel Pinho, Henrique Granadeiro informa o Primeiro-ministro que “o negócio PT/TVI não ia para a frente”. Apesar do Governo já ter decidido opor-se ao negócio, o Primeiro-ministro não transmite essa informação ao presidente da PT.

Resposta do Primeiro-ministro à CPI sobre este assunto:

Até ao dia 25 de Junho de 2009, à noite, nunca me foi prestada qualquer informação sobre a compra pela PT de uma participação social minoritária na Media Capital, não obstante o assunto ter sido objecto de notícias nos meios de comunicação social – cujo fundamento desconhecia - e de a PT e a Media Capital terem remetido à CMVM comunicados sobre as negociações em curso. Assim, fui pela primeira vez informado no dia 25 de Junho, no decurso de um jantar, pelo Presidente do Conselho de Administração da PT, que me transmitiu que tinham existido conversações entre a PT e a PRISA sobre a Media Capital mas que o assunto não tinha sequer sido agendado para o Conselho de Administração da PT realizado nesse mesmo dia e que não considerava o negócio oportuno.

Confirmando que na noite do dia 25 de Junho de 2009 não comuniquei ao Presidente do Conselho de Administração da PT a posição do Governo acerca do negócio em causa, nem o informei sobre as diligências que iríamos tomar, porque aquele não era o momento, nem o local próprio, para o fazer e porque competia ao Ministro competente em razão da matéria transmitir a posição do Governo ao Presidente do Conselho de Administração da PT.

Henrique Granadeiro: “Fui eu que tomei a iniciativa. Aliás, era um jantar social onde havia muitas pessoas e, portanto, não se tratava de um ambiente onde eu pudesse ter uma conversa muito distendida com o Sr. Primeiro-ministro. Limitei-me a informá-lo que tínhamos tido Conselho de Administração nessa tarde e que, no conselho, não tinha ido para a frente o negócio da compra da Media Capital pela PT.

Ele tomou conhecimento e não me fez qualquer crítica, nem me fez qualquer observação, nem me disse «mas que pena», nem me fez qualquer apreciação de ordem valorativa.

Mas, Sr. Deputado, que não haja qualquer dúvida: o Sr. Primeiro-ministro não me disse isso. E, por acaso, agora é que tomo consciência de que terá havido essa reunião do Sr. Ministro Mário

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Lino com o Sr. Primeiro-ministro. Garanto-lhe que é a primeira vez que ouço falar dessa reunião. “

13. No dia 26 de Junho, de manhã, o ministro Mário Lino reúne no ministério com Henrique Granadeiro e Zeinal Bava e comunica-lhes a oposição do Governo à concretização do negócio.

Mário Lino: “Julgo que o Dr. Henrique Granadeiro – ele poderá confirmar – me perguntou se eu me importava que ele viesse com o Eng.º Zeinal Bava e eu disse-lhe: «Com certeza, venha com quem quiser». E ele veio com o Eng.º Zeinal Bava.

Foi uma conversa muito rápida, porque disse ao Dr. Granadeiro o seguinte: face a este «sururu», a estas dúvidas que se estão a levantar, de que o Governo poderá estar por detrás, a instrumentalizar a PT, para dar orientações à PT para comprar a TVI, por causa do *Jornal da Noite* de sexta-feira ou de outra coisa qualquer, vamos deixar isto muito claro: o Governo não está de acordo que esse negócio se faça, não está de acordo que, nesta altura, esse negócio se faça. Transmiti isso ao Dr. Granadeiro, também na presença do Eng.º Zeinal Bava”.

“Aí eu não fui atrás, foi para dar uma ordem, para dar uma orientação, para dar uma opinião do Governo, transmitir que o Governo não está de acordo com esta posição. Não foi para discutir o assunto com a PT, não fui discutir nada.”

“Foi uma reunião rápida — aliás, julgo que nem nos sentámos, foi em pé, porque tinha uma outra reunião logo a seguir e esta tinha sido marcada logo às 9 horas, 9 horas e meia da manhã.”

Mário Lino: “Também já lhe expliquei que o Eng.º Henrique Granadeiro me transmitiu, no dia 26, que a avaliação que eles faziam também era a mesma – e que, pelos vistos, já era anterior, segundo o que diz o Sr. Deputado, pois já antes do dia 19 o Dr. Henrique Granadeiro também já tinha ficado preocupado com possíveis aproveitamentos político-partidários que pudesse haver desta iniciativa da PT

O que o Dr. Henrique Granadeiro me disse foi exactamente isso, que também correspondia ao pensamento dele, que achava que isto ia ser utilizado como uma manobra, que a PT estava a ser instrumentalizada e utilizada pelo Governo para atingir fins político-partidários. Foi o que ele me disse, portanto não estranhou que disséssemos que estávamos em desacordo. E mais: disse que, no dia anterior, já tinha falado com o Eng.º Zeinal Bava e que tinham chegado à mesma conclusão. Ponto final!”



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Henrique Granadeiro: “O Sr. Deputado sabe o que é que o Sr. Ministro Mário Lino me disse a mim e ao Presidente Comissão Executiva, mas não sabe, ele não disse, o que é que eu respondi. Efectivamente, eu disse-lhe que não compreendia o que o Sr. Ministro estava a dizer, porque nós, no dia anterior tínhamos decidido não ir para a frente com o negócio. Disse isso expressamente ao sr. Ministro. Saber por que é que isso aconteceu são mistérios da política que só a política pode explicar.”

“Não, não foi, porque não tinha nada que ser. Aquilo não tinha ido para a frente da nossa parte, a intervenção do Sr. Ministro foi extemporânea e a minha resposta foi de que não compreendia o que ele estava a dizer, porque era uma matéria que já tinha sido resolvida ao nível próprio.”

Zeinal Bava: - “Em relação a essa matéria, a única coisa que posso dizer é que acompanhei o Dr. Henrique Granadeiro a uma reunião no dia 26, com o Eng.º Mário Lino, que era o nosso Ministro da tutela, e foi a única vez em que tive, de facto, uma interacção com alguém do Governo, onde ele transmitiu a posição da *golden share*.

Sr. Deputado, não me lembro quanto tempo é que demorou a reunião. Penso que a reunião foi da parte da manhã, não lhe consigo precisar, mas não deve ter sido uma reunião muito longa, até porque o que era para nos ser transmitido também era breve. Fomos informados da posição da *golden share*, que considereei, eu próprio, redundante porque nós não tínhamos agendado sequer o tema. Diria que a forma como interpretei a posição do Ministro Mário Lino foi a de que a *golden share*, apesar de não ter mecanismos para poder interferir directamente nesta decisão, não via com «bons olhos» que a PT fizesse essa transacção. Penso que tem mais a ver com a substância do que com a forma.”

“Em relação ao Dr. Henrique Granadeiro Sr. Deputado, não me recorde de quais foram os termos ou o que é que o Sr. Ministro disse ou não disse. Até fui um bocado acessório na reunião, no sentido de que esse tema até tinha mais a ver com o representante da *golden share*. Mas não me recorde, pois já lá vai muito tempo”.

Ainda de manhã, no Parlamento, o Primeiro-ministro fala aos jornalistas sobre o caso PT/TVI:



**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI**

“O Governo decidiu falar esta manhã com a administração da PT, o ministro já convocou a administração da PT para lhes comunicar que nós nos oporemos a que esse negócio possa ser feito. Transmitimos essa orientação aos representantes do Estado na empresa... O Governo não quer que haja a mínima suspeita de que esta compra de parte da TVI se destina a qualquer alteração na sua linha editorial, e ou a alterar o que é uma posição de independência relativamente às linhas editoriais de qualquer estação de televisão. Não queremos que este negócio possa ser visto por ninguém, por nenhum partido e por nenhum protagonista político como uma tentativa de influenciar uma qualquer linha editorial da TVI, tanto mais que eu próprio tenho feito críticas relativamente à linha editorial da TVI e por isso quero que seja claro e transparente que o interesse empresarial da PT não é de forma alguma instrumentalizável para outro fim que não seja exactamente esse interesse empresarial.”

Henrique Granadeiro: “Em relação ao Sr. Primeiro-ministro, também declarei na Comissão de Ética (está nas actas e nas transcrições, posso facultá-las) que fiquei surpreendido com o que o sr. Primeiro-ministro disse no dia 26 na Assembleia da República.”

No mesmo dia 26, Zeinal Bava informa a PRISA do fim do negócio.

Zeinal Bava: “Exactamente! E foi nessa altura que, por uma questão meramente de cortesia, falei com ele, até porque muito daquilo que tinha sucedido no dia 26 de manhã era público. Não havia sequer urgência para o fazer. Mas também disse, não sei se em resposta a uma pergunta sua, que isso não significava que o negócio não pudesse acontecer, mas, naturalmente, não aconteceria num dia, nem em dois ou três dias, até usei estes termos. Portanto, não achei que era urgente estar a ligar para ele imediatamente e, humanamente, não tive possibilidade de o fazer. Mas, no dia 26, por uma questão de cortesia, a Portugal Telecom, através da minha pessoa, ligou para ele a dizer: «Olhe, passou-se isto...». E, naturalmente, nessa altura, considerámos isto um pouco suspenso”. Por outro lado, na sexta-feira, já era pública a posição da *golden share* e havia já muitos desenvolvimentos adicionais.”

“Não achei que era urgentíssimo ligar para o Manuel Polanco, até porque, pela relação de amizade e de deferência que temos um com o outro, não precisamos nem temos de justificar um ao outro

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

muitas coisas, porque sabemos que somos ambos bastante correctos na forma como fazemos os negócios e respeitamos a Ética de negócio, que deve caracterizar empresas de grande tradição, como é o caso da PT e da Prisa.”

Manuel Polanco: “Foi com surpresa que ouvi as palavras do Sr. Eng.º Zeinal Bava. Uma surpresa, contudo, matizada por toda a pressão pública que pairava sobre este possível acordo.”

14. No dia 15 de Julho, Juan Herrero, administrador da MEDIA CAPITAL/TVI, convida José Eduardo Moniz para consultor da MEDIA CAPITAL. O convite é recusado.

Juan Herrero: “A proposta era no sentido de que ficasse como assessor, que era, no fundo, o que acho que ele queria, porque, quando falámos pela primeira vez, ele mostrou interesse em manter uma ligação à TVI. Dessas conversas surgiu uma proposta que lhe fizemos, que ele recusou. Então, no dia 5 de Agosto de 2009, chegámos a um acordo mútuo, segundo o qual ele decidiu sair. Não me recordo exactamente, mas estivemos pelo menos 4 ou 5 meses com a negociação em aberto, antes da concretização, isto é, podia ser no mês de Fevereiro ou Março de 2009, mas não me lembro exactamente. O processo desenvolve-se ao mesmo tempo que se desenvolve a negociação entre a PT e a Prisa, efectivamente. A não concretização do negócio da PT foi no dia 26 de Junho e a saída de José Eduardo Moniz foi no dia 5 de Agosto. Não me lembro exactamente, mas, durante um tempo, as duas negociações eram simultâneas. Basicamente, as funções de conteúdos e de programação, que era o que ele estava a fazer sobretudo na TVI, e o que queria continuar a fazer. Não podia ficar desempenhar funções de director de informação, porque um director de informação, numa cadeia de televisão que, ainda por cima, tem um canal com 24 horas de informação, é um trabalho de 24 horas.”

15. No dia 5 de Agosto, José Eduardo Moniz deixa a TVI/MEDIA CAPITAL.

16. No dia 3 de Setembro a administração da TVI/MEDIA CAPITAL suspende o Jornal Nacional de Sexta, habitualmente apresentado pela jornalista Manuela Moura Guedes, e cujo recomeço estava anunciado para o dia seguinte. O

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Primeiro-ministro, em Coimbra, comenta a notícia do fim do Jornal Nacional de Sexta

"Não tenho explicações, tenho uma declaração para fazer: esta é uma decisão da exclusiva responsabilidade da empresa, nem eu, nem o PS, nem o Governo teve nada a ver com essa decisão, não a procurou influenciar, não a procurou sequer, e por isso são injustas todas as afirmações sobre a pretensa influencia que o Governo do PS terá tido nessa decisão. Quero repudiar essas acusações porque são injustas e infundadas. Aliás verifico que há muitos dirigentes políticos que são capazes de todas as acusações sem nenhuma prova.

Queremos que a direcção da empresa dê explicações, faço-o com a autoridade moral de quem foi vítima durante vários meses desse jornal de sexta. Não quero que fique a mínima suspeita de que eu ou o meu partido tivemos a ver como assunto. E mais não quero que o meu partido pague, porque tomaram a decisão a escassas semanas das eleições e ficará sempre alguma ideia – se ele criticou este telejornal talvez tenha estado por trás – não estive, nada tive a ver, nem o PS. Não quero que o PS seja prejudicado pela decisão da empresa. Não tenho nada a ver com o assunto. Nunca tive nem tenho nenhuma relação com a Media Capital, nem com os seus accionistas."

17. No dia 5 de Setembro, na RTP, durante o debate com Jerónimo de Sousa para as eleições legislativas, o Primeiro-ministro declara:

"Eu nada tenho a ver com nenhuma mudança na TVI, nem o Governo, nem o Partido Socialista. O PS não se mete nisso, não é nossa responsabilidade. Por estarmos próximo de eleições e num período de campanha eleitoral também queremos que a administração da empresa se explique, que diga quais foram as razões e ver se estas explicações estão de acordo com a lei. Há uma entidade para isso: a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)".

"Durante estes 4 anos e meio nunca me encontrei...Olhe nem sei quem é a administração...ou melhor soube que o Dr. Pina Moura era Presidente do Conselho de Administração, nem sei se ainda

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

continua...mas não tenho relações com nenhuma administração nem da Prisa nem da Media Capital. Gostava de deixar isso claro".

Versão diferente teve Juan Herrero na audição perante a CPI:

Juan Herrero: "O Primeiro-ministro, efectivamente encontrou-se algumas vezes com vários membros da Prisa. Logicamente, em Espanha e aqui. Mas há cimeiras luso-espanholas onde participam membros da Prisa como convidados do Governo espanhol e, portanto, nalgumas dessas reuniões, certamente teve conversações com algum membro da Prisa. Alguma vez, certamente teve."

18. A 13 de Setembro começa a campanha das eleições legislativas.
19. No dia 14 de Outubro, a ERC considera ilegal a decisão da administração da TVI/MEDIA CAPITAL de suspender o Jornal Nacional de Sexta.
20. No dia 28 de Outubro, o caso Face Oculta vem a público com a detenção de Manuel Godinho e a constituição de 12 arguidos, entre os quais, Armando Vara e Paulo Penedos. Paulo Penedos deixa as funções que desempenhava na PT.
21. No dia 6 de Novembro, o SOL diz que "Sócrates é escutado em conversas com Vara e que um dos assuntos tratados é o negócio PT/TVI".
22. No dia 13 de Novembro, comentando a manchete do SOL "Sócrates mentiu ao Parlamento sobre a TVI", o Primeiro-ministro declara:

"Não passa de um insulto desse jornal, que não dá uma notícia, faz um insulto. Eu mantenho tudo o que disse no Parlamento, não tenho nada a acrescentar nem a retirar, pelo contrário. Nem eu nem o Governo tínhamos nenhum conhecimento oficial nem nenhuma informação prévia de nenhuma intenção empresarial da PT. Não é verdade o que diz o jornal, classifico isso como um

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

insulto e não como uma notícia. Era só o que faltava que eu me pusesse a comentar conversas que tive com pessoas amigas ao telefone, e principalmente as versões de um jornal sobre essas conversas. Essas conversas são privadas, que fazem parte da reserva da minha vida privada, que eu tive com um amigo. Estou a espera que alguém também diga se essas gravações são verdadeiras. Porque uma coisa é naturalmente discutirmos aquilo que com amigos, como fiz, relativamente às notícias que vinham nos jornais e aos conhecimentos informais, outra coisa é, como disse no parlamento, como PM o conhecimento oficial e conhecimento prévio que tive desse negócio. Não tive portanto não tenho nada a acrescentar ou a retirar. Não me apanham nesse jogo de comentar conversas privadas, não aceito essa ditadura de as querer transformar em conversas públicas”.

23. No dia 4 de Dezembro, no primeiro debate quinzenal da actual legislatura, em resposta a interpelação de Francisco Louçã, o Primeiro-ministro declara:

“Não tenho nada a acrescentar ao que já disse. Nunca a PT me informou das suas intenções, nem eu nem, ou o Governo transmitimos nenhuma orientação a propósito de nenhum negócio”.

24. No dia 5 de Fevereiro de 2010 o semanário SOL divulga despachos e escutas feitas no âmbito do processo Face Oculta que envolvem o Primeiro-ministro e Armando Vara no negócio PT/TVI e num plano para controlo da comunicação social.

25. No dia 9 de Fevereiro, em Cantanhede, Primeiro-ministro declara

“Nunca o Governo deu nenhuma orientação à PT para comprar qualquer estação de televisão.. Os partidos foram longe de mais, não apenas atacando-me a mim mas à justiça. Todos aqueles que referem uma ligação entre Governo e PT, no que diz respeito à intenção da PT de comprar a Prisa, estão a faltar à verdade”.

26. No dia 10 de Fevereiro, na AR, o Primeiro-ministro fala do negócio PT/TVI:

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

"Quer eu, o Governo e o meu partido estamos muito abertos para discutir e com total transparência toda a matéria que diz respeito à relação entre o Estado e a comunicação social. E a propósito da TVI quero reafirmar mais uma vez, porque parece que é isso que tem sido muito discutido, aquilo que já disse aqui no Parlamento e disse ontem e reafirmo hoje: nunca, nunca o Governo deu nenhuma orientação, nenhuma ordem para que a PT comprasse ou deixasse de comprar qualquer estação de televisão".

"Mantenho aquilo que disse aqui no Parlamento. Do ponto de vista formal, o Governo não foi nem informado, nem o Governo deu nenhuma orientação à PT sobre uma eventual compra de parte do capital da Media Capital, detentora da TVI."

"Vou-vos ler um telex da Lusa, do presidente da PT, no dia 25, depois de eu aqui ter falado, e disse assim: eu, presidente do CA da PT confirmo formalmente que não propus, nem informei, nem dei conhecimento a nenhum membro do Governo, nem pessoalmente, nem por escrito nem por telefone"

"Tenho uma memória perfeita deste caso, estive com o presidente da PT na noite de quinta-feira".

27. Também a 10 de Fevereiro, a comunicação social divulga declarações de Henrique Granadeiro que contrariam a sua versão anterior quanto à data em que tinha informado o Governo sobre o negócio PT/TVI, fazendo admitir que tal pudesse ter ocorrido a 23 de Junho ou mesmo antes:

"A única vez que falei com o PM sobre este assunto foi para lhe transmitir que iríamos enviar um comunicado à CMVM a anunciar que estávamos a estudar a compra de uma participação na TVI ... porque seria descortesia saberem do negócio através do site da CMVM."

28. No próprio dia em que aquelas declarações são divulgadas, Henrique Granadeiro, corrige-as em entrevista à RTP:

"Estava fora de Lisboa, não tinha a agenda comigo e já se passaram oito meses. De facto informei o PM num jantar no dia 25 de Junho e não no dia 23.

Eu falei de facto com o senhor PM no dia 25, nesse dia houve um jantar que até veio relatado na comunicação social, nesse dia informei-o daquilo que constava do comunicado que já tínhamos

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

distribuído à CMVM. De facto eu cometi um lapso porque pensava que o nosso comunicado que era de dia 25_e que eu tinha tido possibilidade de informar o senhor PM nessa altura”.

Perante a CPI, Henrique Granadeiro retomou a mesma explicação:

Henrique Granadeiro: — “Fui eu que me apercebi do lapso, Sr. Deputado.”

(...)

“Consultando a agenda. Instintivamente, consultei a agenda e, de facto, eu não podia ter dito aquilo ao Primeiro-ministro naquela data, porque a única vez que falei sobre este assunto com o Primeiro-ministro foi no dia 25 de Junho à noite, no tal jantar que já foi tantas vezes badalado. Mas também lhe digo uma coisa, Sr. Deputado: todos nós cometemos pequenos lapsos e, às vezes, até mais recentes.”

29. No dia 12 de Fevereiro, o semanário SOL publica o dossier “Face Oculta”, transcrevendo um elevado número de escutas telefónicas a Paulo Penedos e Armando Vara, nas quais abordam o negócio PT/TVI. Segundo o SOL, há escutas em que alegadamente intervém Rui Pedro Soares e o próprio Primeiro-ministro. No conjunto das conversas há várias referências a José Sócrates.

O jornal divulga também os despachos dos investigadores do caso “Face Oculta” (inspector Teófilo Santiago, procurador João Marques Vidal e juiz António Gomes) que consideram existir “indícios muito fortes de um plano em que está envolvido directamente o Governo, nomeadamente, o senhor Primeiro-ministro, para interferência no sector da comunicação social”. O juiz António Gomes considera que “estes factos, poderão em abstracto, consubstanciar o crime de atentado contra o Estado de direito”. É requerida a instauração de inquérito autónomo.

A comunicação social relata a realização no dia 24 de Junho de 2009 de uma reunião entre o PGR e os procuradores João Marques Vidal e Braga Themido.

Em 18 de Novembro de 2009, o PGR profere um despacho no qual se conclui que “não existem elementos de facto que justifiquem a instauração de procedimento criminal contra o Primeiro-ministro e/ou qualquer outro dos

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

indivíduos mencionados nas certidões, pela prática do referido crime de atentado contra o estado de direito”.

O presidente do STJ considerou inválidas as escutas com conversas telefónicas de José Sócrates e ordenou a sua destruição.

A CI requereu e recebeu os despachos do procurador João Marques Vidal e do juiz António Gomes que correspondem na íntegra aos documentos divulgados pelo SOL.

30. No dia 17 de Fevereiro, Henrique Granadeiro e Zeinal Bava requerem por escrito à Comissão de Auditoria da PT a realização de uma auditoria que “apure os factos relevantes com vista a determinar a conformidade da actuação dos administradores e colaboradores do grupo PT no quadro de potenciais ou projectados investimentos em órgãos de comunicação social, designadamente na MEDIA CAPITAL”.

Esta auditoria ainda não está concluída.

No mesmo dia, Rui Pedro Soares renuncia ao cargo de administrador executivo da PT que desempenhava desde Abril de 2006. A CI não conseguiu apurar que accionista(s), naquela data, o propôs à AG para a administração da PT, apesar dos muitos esclarecimentos solicitados, sobre essa matéria, quer a Mário Lino quer aos diversos administradores da PT ouvidos pela CI.

Mário Lino: “Não fui eu que me lembrei, de repente, do Dr. Rui Pedro Soares. O nome do Dr. Rui Pedro Soares fazia parte de uma lista que o Dr. Henrique Granadeiro, julgo eu, me facultou. (...) Mas achei que era natural, porque ele era um quadro da empresa. E havia mais quadros da empresa nesse Conselho de Administração, não era só o Dr. Rui Pedro Soares.”

“Mas não era nem representante do Estado nem foi uma proposta que eu defendi, dizendo: «Tem que ser o Dr. Rui Pedro Soares, nem foi da minha ideia.”

Henrique Granadeiro: “Coube-me a mim, naturalmente, ouvir os accionistas com participações qualificadas e ouvir o Estado, ouvir sugestões, fazer propostas, porque não tive uma posição passiva, nem sou pessoa para ter uma posição passiva nestas matérias, e a lista que formei, efectivamente, tinha o Dr. Rui Pedro Soares, que eu conhecia”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

“Ele constava de uma lista proposta por dois accionistas: BES e Caixa Geral de Depósitos”

“Não vi, nessa altura, que alguma objecção houvesse a que o Dr. Rui Pedro Soares pudesse participar no Conselho e na Comissão Executiva. Fui eu que lhe dirigi o convite, como dirijo o convite a todos os outros integrantes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.»”

“O Dr. Rui Pedro Soares não foi uma criação minha, foi o resultado de negociações que eu conduzi com todos os accionistas”

P: “Que accionista ou que accionistas sugeriram ao Sr. Dr. o Dr. Rui Pedro Soares para integrar essa lista?”

Henrique Granadeiro: “Não posso responder-lhe com precisão, não me recordo. Foi há bastante tempo e não me parece que esse caso me merecesse, em 25, uma consideração tão especial quanto isso.”

“Eu, com o Estado, falei sobre se ele tinha oposição àquela lista que eu tinha constituído ou que estava em fase de constituição.”

“Naquela altura, as negociações foram conduzidas com o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, com quem eu, invariavelmente, me relacionava no tratamento das questões relacionadas com a *golden share*”. Em 2006, era o Ministro Mário Lino”

P: “Em relação às negociações com a CGD?”

Henrique Granadeiro: “As conversas que tive foram directamente com o Presidente, que era o Dr. Carlos Santos Ferreira.”

P: “Quem é que a Caixa indicou ou sugeriu, melhor dizendo, para essa lista?”

Henrique Granadeiro: “Naquela altura, foi o Dr. Jorge Tomé e o Dr. Armando Vara.”

31. No dia seguinte, 18 de Fevereiro, o Primeiro-ministro voltou a comentar o caso PT/TVI:

“A primeira é que nunca, nem eu próprio, nem o Governo, demos qualquer orientação à PT, ou a qualquer dos seus administradores, para adquirir a TVI ou qualquer outra empresa

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

de comunicação social. Isso, pura e simplesmente, não passa de uma falsidade”.

“Como é uma falsidade que alguma vez eu ou o Governo, à data da minha primeira declaração sobre o assunto na Assembleia da República, tenhamos sido informados pela PT, sobre as suas intenções de adquirir a TVI”.

“A segunda verdade, é que nem o Governo nem eu próprio, temos, nem tivemos, um plano para controlar ou condicionar os órgãos de comunicação social em Portugal. Esta ideia não é apenas rotundamente falsa, mas também infundada e até delirante.”

32. No dia 22 de Fevereiro, o Primeiro-ministro é entrevistado na SIC por Miguel Sousa Tavares:

P: “Vamos à história da putativa compra de um terço da Prisa pela TVI. Como sabe há várias conversas entre a mesma gente e outra gente, entre as quais o seu amigo pessoal, Armando Vara, onde aparece claramente um plano congeminado para comprar a TVI. Vara diz “a operação destina-se a tomar conta da TVI e limpar o gajo”. Era JEM. Mantém que nunca teve conhecimento desse plano?”

Primeiro-ministro: “Mantenho hoje aquilo que disse na Assembleia da República quando fui questionado. Nunca a PT me informou ou ao Governo da sua intenção de fazer esse negócio em concreto.”

P: “A empresa ou alguém da PT?”

Primeiro-ministro: “Nem a PT nem nenhum dos seus administradores, nunca me informaram. Em segundo lugar eu nunca dei orientações, nem o Governo, para que a PT fizesse qualquer tipo de investimento na área da comunicação social. Isso pura e simplesmente é falso.

Mas já que gosta tanto de citar as escutas....O PGR ouviu todas as conversas que têm sido noticiadas, e tem duas conclusões. Não quero branquear o crime de fuja ao sigilo.

No seu comunicado o PGR dizia que eu nunca tinha sugerido ou incentivado qualquer negócio entre a PT e TVI, não havia nenhuma referência a isso nessas conversas (...)

Mantenho tudo o que disse. Nunca fui informado nem nunca dei orientações.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Mas dizia mais, o PGR dizia mais, que nas minhas conversas com Armando Vara nunca o negócio da PT com a Prisa foi referido. Acho que estas duas conclusões também devem ser juntas a essas conversas de que o Miguel falava.”

P: “Mas há uma rede de políticos que evocam o seu nome?”

Primeiro-ministro: “Não vi essa escuta. Mas se alguém invocou evocou-o indevidamente, o meu nome simplesmente isso não é verdade. Digo-o hoje como o disse no passado. Outros acusaram-me sem nenhuma prova. Esses não podem provar.”

P: “Das conversas publicadas resulta que existiu um plano “vou jantar com o primeiro...”

Primeiro-ministro: “As referências a chefe devem ser de outra pessoa que a mim ninguém me trata por chefe.

Jantei com Rui Pedro Soares em várias ocasiões, nunca falei com ele sobre a PT, nunca falei com nenhum administrador, já disse isto várias vezes e mantenho.

Não tenho nenhuma prova nem nenhum indício de que essas pessoas cometeram alguma ilegalidade, mas digo mais uma vez que se alguém invocou o meu nome invocou-o abusivamente. Mas não acredito que isso tenha acontecido.”

P: “Mas ele entrou para a PT pela mão do PS não foi?”

Primeiro-ministro: “Esses julgamentos que se fazem apressadamente. Desculpe ele não entrou para a PT pela mão de nenhum partido socialista, ele concorreu a um concurso e foi seleccionado pela PT para seu director. Quando foi nomeado administrador já era director. Está a ver como julga as pessoas apressadamente? Ele era director.”

P: “A prova de que ele não é competente é que andou a negociar à sua revelia e usou o seu nome?”

Primeiro-ministro: “Eu apenas lhe digo que está a ser injusto nesse julgamento e eu não vim aqui para fazer julgamentos sobre os outros, eu estimo os meus amigos. Não faço julgamentos morais sobre os amigos dos outros e peço que não façam sobre os meus. E digo-lhe também o seguinte: a verdade é que o Dr. RPS esteve cinco anos da direcção da PT. Sempre a PT considerou o seu trabalho como um trabalho profissional e muito competente e nunca vimos de ninguém por parte de um accionista a mínima crítica ou censura por parte do seu trabalho. Por outro lado quanto ao seu comportamento neste caso ele saberá defender-se,



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

ele terá as suas explicações e é muito cedo para o MST ou seja quem for fazer julgamentos apressados e muitas vezes injustos sobre tudo o que se passou”

Nem os comunicados públicos do PGR nem o seu despacho de 18.11.09 – na parte que é do conhecimento público, referem ou permitem sustentar a seguinte afirmação do Primeiro-ministro: “Mas dizia mais, o PGR dizia mais, que nas minhas conversas com Armando Vara nunca o negócio da PT com a Prisa foi referido” (ver anexo).

33. No dia 26 de Fevereiro, deputados do PSD e BE formalizam o requerimento para a constituição de uma comissão eventual de inquérito parlamentar.

2. Procedimentos e Gestão do Processo

2.1 . Procedimentos habituais

O negócio da compra de uma parte do capital da Media Capital pela PT não foi alvo de deliberação, tanto no Conselho de Administração como na Comissão Executiva. Segundo os intervenientes no processo, legalmente, existiam as figuras que permitiriam convocar uma reunião extraordinária do Conselho de Administração ou a introdução de um ponto adicional à sua ordem de trabalhos.

Zeinal Bava, CPI: “A Comissão Executiva trabalha o *dossier* tipicamente num *petit comité*, o que não obriga que todos os membros do da CE estejam envolvidos, necessariamente, que aprovamos na Comissão Executiva. Naturalmente, trabalhamos *dossiers* que façam sentido estratégico para a empresa, ou seja, têm de ter um enquadramento de negócio. Portanto, trabalhamos em *petit comité*, levamos à CE, a Comissão Executiva aprova e, aprovando, pedimos ao nosso Presidente do Conselho de Administração para agendar o tema para discussão no CA e, naturalmente, se o Conselho de Administração da PT aprovar a transacção ou o que quer que seja, é feito.”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Mário Lino, CPI: “Os administradores, que têm diversos pelouros, tomam iniciativas de investigar e explorar certas oportunidades de negócios, fazem contactos, fazem umas reuniões e analisam as questões; se acham que aquilo tem pés para andar, levam ao conselho de administração e à comissão executiva, em primeiro lugar, se acham que não tem pés para andar, calam-se e já não dizem nada. Isto é o dia-a-dia!”

Soares Carneiro, CPI: “Uma participação financeira minoritária é da competência do Conselho de Administração.”

Soares Carneiro, CPI: “Havendo um Conselho a 25, seria lógico que o Conselho fosse também informado sobre o que se estava a passar.”

Soares Carneiro, CPI: “Pode haver assuntos que têm uma urgência especial, podendo-se convocar um conselho de um dia para o outro — já aconteceu —, quando o assunto o justifica. Ou podem agendar-se pontos de um dia para o outro.”

Soares Carneiro, CPI: “Quando há assuntos que têm urgência — e acho que, depois da publicação da notícia no *i* e na CMVM, o assunto era urgente — o Conselho pode tratar de assuntos com urgência, com carácter de urgência, e eles podem ser agendado de um dia para o outro, sem qualquer problema, ou até para o mesmo dia, se o Sr. Presidente do Conselho de Administração falar com os administradores e assim o achar. Tem poderes para isso.”

2.2. A participação de Rui Pedro Soares no negócio PT/TVI.

Zeinal Bava, Presidente da Comissão Executiva da PT, afirma que chamou Rui Pedro Soares para a reunião de dia 19 devido à sua disponibilidade e sensibilidade relativamente aos negócios relacionados com publicidade:

Zeinal Bava, Comissão de Ética: “eu por norma não gosto de fazer reuniões sozinho. (...) O Dr. Rui Pedro Soares participou na reunião de dia 19, era uma pessoa que era presidente da APAN (...) tinha alguma sensibilidade ao negócio de publicidade (...) era a pessoa que estava disponível, que estava à mão. Que estava disponível, foi comigo à reunião. A reunião se transformou em muito mais do que mera discussão de publicidade, de mera discussão de conteúdos, transformou-se na discussão de compra de uma participação.”

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Zeinal Bava, Comissão de Ética: “Houve vários contactos antes do dia 19 com a media capital” “no dia 19 houve uma aceleração, como nunca imaginei o que se ia passar na reunião ou a aquele nível teria feito a mesma escolha (sobre a escolha de RPS para a reunião).”

Zeinal Bava, Comissão de Ética: «é uma pessoa que era presidente da APAM, tinha alguma sensibilidade ao negócio da publicidade, na sua vertente desportiva, porque ele geria os patrocínios de futebol, era a pessoa que estava mais à mão, que estava disponível e foi comigo à reunião».

Zeinal Bava, CPI: “(...) de facto, naquela reunião do dia 19, íamos discutir vários temas em que continuava a ter alguma relevância a presença do Dr. Rui Pedro Soares. E, naturalmente, tendo ele estado numa reunião, em Maio, onde esse assunto foi, de alguma forma, mencionado, não por nós, era normal manter a equipa. Depois, como também já disse, penso eu, várias vezes, aqui, na CPI, a partir do momento em que, no dia 19, a transacção passa, efectivamente, para uma negociação, para o esboço de um *term sheet*, fechamos o circuito, convido o meu CFO (*Chief Financial Officer*), o Eng.º Luís Pacheco de Melo, a integrar a equipa.”

O administrador Rui Pedro Soares já tinha estado presente, anteriormente, em reuniões com membros da PRISA, nomeadamente na reunião de dia 26 de Maio em que é avançada por Manuel Polanco a possibilidade de a PT adquirir uma participação na TVI/Media Capital.

Zeinal Bava, CPI: “Disse várias vezes que, em Maio, tínhamos tido contactos e disse que tinha estado acompanhado, em várias reuniões, pelo Dr. Rui Pedro Soares.”

Relativamente ao envolvimento anterior de Rui Pedro Soares na possibilidade de compra de uma parte da Media Capital pela Taguspark, o Eng. Zeinal Bava afirma:

Zeinal Bava, CPI: “Desconhecia a transacção da Taguspark, como já disse, e ele não me transmitiu qualquer informação em relação a qualquer matéria (...)”

No que diz respeito à viagem de Rui Pedro Soares a Madrid, no dia 3 de Junho para reunir, enquanto administrador da PT, com Manuel Polanco, quer Zeinal Bava, quer Henrique Granadeiro declararam desconhecer a referida deslocação.

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Zeinal Bava, CPI: “não sabia da viagem do dia 3, não sabia se o Dr. Rui Pedro Soares tinha estado ou não com o Manuel Polanco e, sinceramente, não sabia o que é que ele falou ou não falou com o Manuel Polanco na reunião.”

Henrique Granadeiro: “Estou seguro que não houve reunião do drº. Rui Pedro Soares em Madrid com os representantes da Prisa”

2.3. A participação de Paulo Penedos no negócio PT/TVI

Paulo Penedos afirma na CPI que a primeira vez que teve intervenção no negócio foi em Maio, a pedido de Rui Pedro Soares, no sentido de analisar documentação afecta ao mesmo.

Em resposta à questão “Quando teve primeiro contactos com o negócio?”

Paulo Penedos, CPI: “Da minha memória, foi em Maio, mas não posso precisar o dia”

Paulo Penedos, CPI: “Os primeiros documentos que olhei foi em Maio”

Relativamente ao envolvimento do Dr. Paulo Penedos, Zeinal Bava afirma:

Zeinal Bava, CPI: “Dr. Paulo Penedos, para todos os efeitos, para mim, nunca participou nesta transacção e, se, efectivamente, o Dr. Rui Pedro Soares falou com o Dr. Paulo Penedos sobre esta transacção, não devia tê-lo feito, porque quem decide quem está nas equipas negociais da PT sou eu, como presidente executivo da casa. Por isso, se, efectivamente – lá está, ele trabalhava com o Dr. Rui Pedro Soares –, falaram, não o deviam ter feito.”

2.4. A evolução do negócio PT/TVI

Henrique Granadeiro, Presidente do Conselho de Administração, teve conhecimento do negócio no dia 21 de Junho. Apesar disso, quando questionado por Rafael Mora sobre o assunto, o Presidente do CA disse que não sabia de nada.

Zeinal Bava, CPI: “Informei-o (ao Dr. Henrique Granadeiro) no domingo, dia 21. O Dr. Henrique Granadeiro também sabia, no dia 21, e, a partir daquele momento, passámos a ser quatro pessoas na PT que, efectivamente, sabíamos o que estava a acontecer.”

Rafael Mora, CPI: “Como já disse há pouco, no dia 21 ou dia 22 de Junho, não me lembro exactamente, questionámos o Dr. Henrique

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Granadeiro sobre se existia ou não essa negociação, ao que o Sr. Presidente do Conselho de Administração nos disse que não sabia de nada. E nós acreditámos que não soubesse de nada (...)"

2.5. A decisão de anular o processo de compra

O presidente da Comissão Executiva e do Conselho de Administração da Portugal Telecom decidiram entre si não avançar com o negócio de compra de uma parte do capital da Media Capital no dia 25 de Junho ao final da manhã, antes das reuniões agendadas da Comissão Executiva e do Conselho de Administração. Esta decisão não foi transmitida na reunião do Conselho de Administração e, para o administrador executivo Soares Carneiro, essa mesma decisão só foi tomada a 26 de Junho.

Henrique Granadeiro, Comissão de Ética: «Nessa quinta-feira de manhã (dia 25 de Junho), em reunião entre o Sr. Presidente da comissão executiva e eu próprio, decidimos encerrar o negócio.»

Zeinal Bava, CPI: "(...) naturalmente que a Comissão Executiva sabia que este era um tema que tinha sido trabalhado, que não ia ser agendado, até por uma decisão do Presidente do Conselho da Administração e minha. E, por isso, pode incluir, a partir da hora de almoço, provavelmente, toda a Comissão Executiva como sabendo que era um *dossier* que tinha sido trabalhado e que não ia avançar."

P: "nessa reunião (do CA), da intervenção do Sr. Eng.º Zeinal Bava, ficou convencido de que o negócio ainda estaria em fase de conclusão?"

Soares Carneiro, CPI: "se não tivesse ficado convencido disso, não teria, juntamente, com as outras pessoas, concordado com a ida do Sr. Eng.º Zeinal Bava à televisão, à noite, para tentar explicar e justificar o negócio."

Soares Carneiro, CPI: "Não sei, Sr. Deputado. Essa é mais uma pergunta a fazer ao Sr. Eng.º Zeinal Bava e ao Sr. Dr. Henrique Granadeiro, porque a decisão foi deles, na sexta-feira, de manhã."

Soares Carneiro, CPI: "A decisão final é no dia 26... Aliás, eu tomei conhecimento da decisão final no dia 26. Não sei se, entre o Eng.º Zeinal Bava e o Dr. Henrique Granadeiro, essa decisão foi tomada antes, não faço a menor ideia. Mas não me pareceu que, havendo reunião do Conselho no dia 25, se houvesse uma decisão de não fazer o negócio, não «despacharíamos» o Sr. Eng.º Zeinal Bava «de armas e bagagens» para a televisão para o justificar."

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

Rafael Mora: “E, no dia 26, o Presidente do Conselho de Administração e o Presidente da Comissão Executiva decidem explicar aos membros do Conselho de Administração, telefonicamente, que não era o momento oportuno, coisa que me pareceu perfeitamente razoável e natural!”

2.6. Sobre a informação ao Governo

Vários depoentes consideraram ser natural que a PT tivesse informado o Governo sobre o negócio:

Mário Lino, CPI: “Acho que era natural, que seria natural e que iria ser natural que o Conselho de Administração da PT viesse informar o Governo: «Nós discutimos no Conselho de Administração da PT uma proposta - vamos supor - da comissão executiva e parece-nos que devíamos avançar neste sentido ou naquele. Portanto, vínhamos informar.»” (Audição Mário Lino, CPI)

Soares Carneiro, CPI: “No momento em que este *dossier* estivesse preparado para ser liberado, em termos de comissão executiva e a seguir em termos de conselho de administração, se é um assunto que pode levantar alguma polémica, penso que é de bom senso que se fale à tutela. Mas tanto faz a PT, como a GALP, como outra empresa qualquer. Isso é uma questão de bom senso. Se é cumprido, não sei. Aí não lhe posso garantir nada.” (Audição Soares Carneiro, CI)

Mário Lino, CPI: “Depois, o que vejo é que já há uma comunicação, no dia 23 à noite, da PT à CMVM. O Sr. Deputado tem essa comunicação e mais vaga não podia ser (...) Mas esta já é uma informação oficial do Conselho de Administração da PT, estava a haver contactos. Portanto, para mim, estava a haver contactos exploratórios.”

Mário Lino, CPI: “eu não soube pelos jornais que a PT ia adquirir o que quer que fosse. A única coisa de que tive conhecimento, através de um comunicado à CMVM, no dia 23, foi que a PT tinha iniciado uma discussão, um diálogo, uma avaliação, uma hipótese de negócio nesse sentido.”

P: “Muito bem. Agora gostava de saber o seguinte: tivemos aqui ontem o Sr. Eng.^o Miguel Paes do Amaral, que falou da

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

razoabilidade de se falar deste tipo de negócios previamente com o Estado, dado o facto de as televisões funcionarem como concessão atribuída pelo Estado.

(...)

Quando, novamente, lhe é pedida a opinião jurídica sobre este assunto, nunca, em nenhum momento, lhe passou pela cabeça que seria prudente — e para a prudência conta-se sempre com os advogados; costuma-se dizer que os advogados têm todo o tipo de cautelas; até há a chamada jurisprudência de cautelas — que a PT, que ainda para mais é uma empresa privada mas que tem uma *golden share* do Estado, portanto não é de capitais exclusivamente privados, informar pelo menos o ministro da tutela, nem sequer quando, já há vários dias, havia fugas de informação e partidos da oposição a acusarem o Governo e o Sr. Primeiro-ministro de ingerência? Em nenhum momento lhe pareceu que seria sensato, enquanto jurista, aconselhar uma coisa dessas?”

Paulo Penedos, CPI: “Isso é uma questão que não me cabe, Sr. ^a Deputada. Por isso, dei isso como completamente adquirido.”



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

V Capítulo – Posição do Governo face à compra da TVI

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

1. As primeiras notícias sobre o negócio

No dia 23 de Junho surgem as primeiras notícias sobre o negócio da compra da Media Capital pela TVI nos jornais i e Diário Económico:

“Segundo informações recolhidas pelo i, as negociações têm sido acompanhadas pelo Governo, que detém 500 acções classe A na operadora, e que lhe conferem o direito de veto sobre quaisquer negócios da PT.”

No mesmo dia 23, o ministro Augusto Santos Silva é questionado pelo Jornal i sobre o seu conhecimento mas recusou “comentar fontes anónimas” (jornal i, dia 24-06-2009).

Quando questionado acerca desta questão, o Primeiro-ministro escreve na resposta à CPI:

“Não fui contactado pessoalmente, nem foi feito qualquer contacto nesse sentido para o meu Gabinete. Desconheço que tenham sido feitos contactos para outros membros do Governo ou respectivos gabinetes”

No mesmo dia, a PT comunica as negociações à CMVM.

O Primeiro-ministro diz só ter tido conhecimento do comunicado no dia 24, depois do debate parlamentar. E diz também que só no dia 25 à noite foi directamente informado por Henrique Granadeiro, durante um jantar, quer sobre o negócio, quer sobre a sua não concretização.

2. O pedido efectuado por Henrique Granadeiro ao gabinete do Primeiro-ministro.

Henrique Granadeiro diz ao Público no dia 10 de Fevereiro que tinha pedido há dias para falar com o Primeiro-ministro (com referencia ao dia 25 de Junho) mas que este não lhe terá respondido:

Henrique Granadeiro: “Tinha pedido há vários dias para falar com o Primeiro-ministro, mas ainda não se proporcionara. De facto, podia ter informado previamente. Nada me obriga a comunicar à Golden Share negociações mas apenas decisões que impliquem a alteração do perímetro da PT, ou seja compras ou vendas.” (Público, 11-02-10)

Henrique Granadeiro, CPI: “Sr. Deputado, nessa semana, não sei se segunda-feira ou terça-feira, pedi à minha secretária que pedisse à secretária do Sr. Primeiro-ministro uma audiência para

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

a semana seguinte, o que, na linguagem dos negócios, significa claramente que poderia falar com ele na semana seguinte, mas que não queria falar com ele naquela semana. É que, efectivamente, confirmo que não recebi a mínima indicação do Governo para fazer aquele negócio, mas também não queria falar com o Governo sobre aquele negócio.”

Henrique Granadeiro, CPI : “Eu já expliquei, Sr. Deputado. Se lhe dei uma indicação segura de que pedia uma entrevista ou manifestava interesse numa audiência com o Sr. Primeiro-ministro na semana seguinte era porque, nessa semana, efectivamente, eu não gostaria de levar aquele problema ao Governo. Qual era a minha intenção? Seguramente, seria para lhe dar conta de que não tinha havido negócio”

Quando questionado sobre este assunto, no âmbito da CPI, o Primeiro-ministro responde:

Primeiro-ministro: “Sei que o Presidente do Conselho de Administração da PT, não sei se pessoalmente ou através do respectivo secretariado, terá telefonado para o meu Gabinete na semana entre 21 e 27 de Junho para agendar uma reunião para a semana subsequente. Não foi indicado nenhum tema para essa reunião, que nunca chegou a ser agendada. A reunião não se chegou a realizar porque depois de nos termos encontrado no jantar de dia 25 de Junho (vd. Resposta à pergunta nº3), e depois da reunião ocorrida no dia 26 com o então Ministro das Obras, Transportes e Comunicações (vd. Resposta à pergunta nº 6), o Presidente do Conselho de Administração da PT não voltou a manifestar interesse na sua realização.” (pergunta 48)

Segundo os intervenientes, a reunião não se chegou a realizar, em virtude da decisão tomada pelo Governo de se opor ao negócio.

3. Afirmações do Primeiro-ministro sobre a data do conhecimento do negócio

Na sequência das notícias divulgadas, o Primeiro-ministro é confrontado com esta questão, no dia 24 de Junho, no Parlamento, onde afirma não ter sido informado sobre o negócio. Mais tarde, já em Fevereiro de 2010, reitera a sua posição, distinguindo, desta vez, o carácter formal e informal da informação.

No dia 24 de Junho o Primeiro-ministro José Sócrates afirma:

“O Governo não dá orientações, nem recebeu qualquer tipo de informação sobre negócios que tenham em conta as perspectivas



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

estratégicas da PT”, acrescentado que “A PT é uma empresa com autonomia que pode desenvolver os seus negócios com total autonomia.”

Diz ainda, no dia 24, no final da sessão plenária da Assembleia da República:

“O Governo nada sabe, nem deu instruções, nem lhe foi perguntado nada.”(...) “Nada sei disso, são negócios privados e o Estado não se mete nesses negócios.”

Nas respostas à CPI (perguntas 5 e 8), o Primeiro-ministro afirma que “já depois do debate parlamentar do dia 24 de Junho, soube da existência dos comunicados remetidos pela PT e pela MEDIA CAPITAL à CMVM”.

No entanto, o ministro Mário Lino, na CPI, afirma, em relação ao seu conhecimento sobre o negócio:

Mário Lino, CPI: “eu não soube pelos jornais que a PT ia adquirir o que quer que fosse.

A única coisa de que tive conhecimento, através de um comunicado à CMVM, no dia 23, foi que a PT tinha iniciado uma discussão, um diálogo, uma avaliação, uma hipótese de negócio nesse sentido.”

Mário Lino, CPI: “Portanto, eu estava informado, primeiro, dessa decisão da comissão estratégica e, depois, de que a PT andava a fazer... Não, em pormenor, porque eu não faço parte da Comissão Executiva, sequer, nem do Conselho de Administração da PT; mas estava informado de que o Conselho de Administração da PT ou a sua Comissão Executiva estava a fazer esforços com diversas empresas, designadamente com a TVI, a SIC e outras, sobre conteúdos.”

Mário Lino, CPI: “Depois, o que vejo é que já há uma comunicação, no dia 23 à noite, da PT à CMVM. O Sr. Deputado tem essa comunicação e mais vaga não podia ser (...) Mas esta já é uma informação oficial do Conselho de Administração da PT, estava a haver contactos. Portanto, para mim, estava a haver contactos exploratórios.”

No dia 10 de Fevereiro, quando confrontado de novo com a questão, e na sequência das declarações de Henrique Granadeiro, em que este afirmava ter dado

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

conhecimento ao Estado antes do comunicado à CMVM, declarações posteriormente corrigidas, o Primeiro-ministro assegura no Parlamento:

“Mantenho o que disse aqui no dia 24 de Junho, do ponto de vista formal, o Governo nunca foi informado, nem nunca deu nenhuma orientação” (DN, 11-02-10)

4. Sobre o momento em que o Primeiro-ministro decide que o Governo se opõe ao negócio

No dia 25, à tarde, apesar de não disporem de qualquer informação da PT ou da Prisa, o Primeiro-ministro e o ministro Mário Lino decidiram que o Governo devia opor-se ao negócio e que essa decisão seria transmitida por Mário Lino à PT, o que efectivamente aconteceu na manhã do dia seguinte.

5. Sobre o momento em que o Dr. Henrique Granadeiro informa o Primeiro-ministro.

O presidente do Conselho de Administração afirma, no dia 10 de Fevereiro, que informou no dia 23 o Primeiro-ministro, e o ministro das obras públicas da iniciativa da PT para adquirir uma parte do capital da Media Capital. Um dia mais tarde, Henrique Granadeiro vem corrigir as declarações anteriores e confirmar a versão do Primeiro-ministro: o encontro teve lugar num jantar, no dia 25 de Junho. Henrique Granadeiro, na sequência do debate no Parlamento e das declarações do Primeiro-ministro, na madrugada do dia 25 (00:14) declara:

“Não propus, nem informei, nem dei conhecimento a nenhum membro do Governo de qualquer iniciativa da PT na direcção da Media Capital” (Jornal de Noticias, 26-06-10)

No dia 10 de Fevereiro, Henrique Granadeiro afirma a vários jornais que o encontro com o Primeiro-ministro terá sido no dia 22 ou 23 de Junho, seguramente antes da PT ter enviado um comunicado à CMVM:

“A decisão que nós tomámos, e que foi comunicada ao mercado, foi tomada única e exclusivamente por motivos de oportunidade de negócio.”

“Não sem antes ter feito chegar a informação a José Sócrates e ao ministro das Obras Públicas porque seria descortesia saberem pelo site da CMVM”. (DN, 11-02-10)

Ao Diário Económico, por sua vez, o Presidente do CA reafirma que terá contactado o Primeiro-ministro antes do comunicado à CMVM, mas que este comunicado terá

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

servido apenas para confirmar as negociações para compra de uma participação na Media Capital.

O comunicado foi enviado à CMVM na noite de dia 23 de Junho, às 21h11, o que implicaria que o DR. Henrique Granadeiro tivesse comunicado o negócio ao Primeiro-ministro José Sócrates antes desse momento e, logicamente, também antes de dia 25, data apontada pelo Primeiro-ministro para o conhecimento “formal” do negócio.

Também no dia 10 de Fevereiro, no Parlamento, o Primeiro-ministro afirma:

“Lembro-me bem de ter falado ao jantar com Henrique Granadeiro mas já depois de eu ter dito que o Governo não deveria aprovar essa intenção [da PT comprar a TVI]”. (DE, 11-02-10)

O Primeiro-ministro recorre a um *take* da Lusa, de dia 25 de Junho, com declarações de Henrique Granadeiro onde se pode ler:

«Eu, presidente do conselho de administração da PT, não propus, não informei, não dei conhecimento a nenhum membro do Governo, nem pessoalmente, nem por escrito, nem por telefone de qualquer iniciativa da PT em direcção à Media capital»

e acrescenta que :

«A memória que tenho disso, e tenho a memória perfeita, é de que eu estive com o presidente da PT na noite de quinta-feira, num jantar, e foi a primeira vez que me falou nisso. Para além dessa declaração, disse hoje que nunca recebeu orientações de negócio nenhum»

Um dia mais tarde – 11 de Fevereiro - Henrique Granadeiro vem corrigir o que tinha dito no dia anterior (10 de Fevereiro):

“Estava fora de Lisboa, não tinha a agenda comigo e já se passaram oito meses. De facto, informei o Primeiro-ministro num jantar no dia 25 de Junho e não no dia 23” afirmou Henrique Granadeiro ao Diário Económico, explicando o sucedido como um “mal entendido” (Diário económico, 12-02-10)

Henrique Granadeiro diz ainda ao Público que comunicou ao Primeiro-ministro, a 25 de Junho, num jantar em casa do ex-ministro da Economia, Manuel Pinho, que

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

tinham existido negociações entre os grupos mas que o negócio não se iria verificar. (Público, 11-02-10)

Henrique Granadeiro, nas suas declarações iniciais, justifica a informação ao Primeiro-ministro para evitar que este tivesse conhecimento do negócio pelo site da CMVM (o comunicado data de 23 de Junho). A ter sido assim, ao corrigir a data, desfazendo o “mal-entendido”, Henrique Granadeiro cria outro mal-entendido: afinal não teve a preocupação de informar o Governo antes do comunicado à CMVM.

6. As declarações do ministro Silva Pereira

O ministro Silva Pereira afirma do dia 25 de Junho, no final da reunião do Conselho de Ministros, que “pelo que sabemos dos intervenientes, negócio não se confirma”. Nessa tarde, o Primeiro-ministro José Sócrates e o ministro Mário Lino decidem acabar com o negócio, o CA da PT discute o negócio e a Media Capital divulga publica e elogiosamente o negócio.

Às 14:29, no dia 25 de Junho, o Ministro Silva Pereira em declarações no final da reunião do Conselho de Ministros:

“Pelo que sabemos dos intervenientes, esse negócio não se confirma. De qualquer modo, essa mensagem do Presidente da República é dirigida expressamente à PT e não ao Governo, nem o Governo poderia dar explicações relativamente a informações que não possui”

Segundo o próprio, estas afirmações foram baseadas em três informações/documentos:

Ministro Silva Pereira, CPI: “São o comunicado da PT à CMVM, as declarações, que constam de um *take* da Agência Lusa, do Presidente da PT, o Dr. Henrique Granadeiro, às 0 horas e 14 minutos da madrugada do dia 25, e são as declarações de uma fonte oficial da Prisa, também num *take* da Lusa publicado às 13 horas e 19 minutos do dia 25, antes da minha conferência de imprensa.”

- i) No *take* da Agencia Lusa, às 0h14 do dia 25 de Junho, Henrique Granadeiro diz:

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

"Toda esta turbulência não tem qualquer fundamentação. Se houvesse qualquer perspectiva de negócio com a Media Capital teria de ser resolvido no conselho de administração"

- ii) Take da Lusa com as declarações de fonte oficial da Prisa às 13h19 do dia 25:

"O Grupo Prisa recusou-se hoje a comentar o que diz serem "rumores" sobre a eventual compra de uma participação na Media Capital, antecipando para início de Julho um anúncio sobre um acordo audiovisual mais amplo com a Mediapro."

"Contactada peça Lusa, Fonte oficial da Prisa classificou as várias notícias sobre a Media Capital como "rumores", em referencia ao que alguma empresa tem noticiado ser o interesse manifestado pela Portugal Telecom, pela Telefónica e pela Mediapro."

A fonte destas declarações nunca foi confirmada pelos próprios administradores da Prisa/Media Capital e Manuel Polanco disse à CPI que desconhecia a referida fonte. Cerca de duas horas depois, a Media Capital emite um comunicado onde se podia ler:

"(...) o Grupo Prisa mantém actualmente negociações com o PORTUGAL TELECOM, empresa líder de telecomunicações em Portugal (...)."

"O acordo entre a PRISA e a PORTUGAL TELECOM inscreve-se exclusivamente num enquadramento mútuo empresarial (...) além de se garantir a entrada de uma importante empresa portuguesa na estrutura accionista da MEDIA CAPITAL."

- iii) O comunicado da PT à CMVM no dia 23 de Junho:

"Neste âmbito, a Portugal Telecom confirma a existência de contactos entre o Grupo Prisa e a Portugal Telecom. Tais contactos abordaram diversos cenários de investimento, incluindo a possível aquisição de uma participação no capital social da Media Capital e formas de relacionamento entre esta empresa e a PT. Não foi contudo celebrado qualquer acordo.

Embora nenhum dos documentos apresentados afirme que o negócio estava a ser fechado, também nenhum afirma que "o negócio não se confirma".

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

7. Sobre o momento em que a PT dá conhecimento ao Primeiro-ministro do negócio e em que Mário Lino comunica à PT a oposição do Governo em relação ao mesmo

No dia 26 o ministro Mário Lino comunica à PT a decisão do Governo, tomada no dia 25 de Junho. Nesse dia (25 de Junho), durante o jantar em casa do ex-ministro Manuel Pinho, Henrique Granadeiro tinha comunicado ao Primeiro-ministro José Sócrates que a PT tinha desistido do negócio.

Henrique Granadeiro jantou com o Primeiro-ministro no dia 25 de Junho. Nesse jantar comunicou ao Primeiro-ministro que tinham existido negociações mas que o negócio estava encerrado.

Henrique Granadeiro, CPI: “Disse, expressamente, que tínhamos reunido o Conselho, que a questão não estava agendada, que não tinha havido deliberação sobre essa matéria e que o negócio não ia para a frente. Exactamente”

Henrique Granadeiro, CPI: “Pergunta: Portanto, o senhor disse ao Primeiro-ministro que o negócio não ia para a frente?
O Sr. Dr. Henrique Granadeiro: - Disse, claramente.”

Henrique Granadeiro revela ainda que o Primeiro-ministro José Sócrates não lhe comunicou, nesse momento, a opinião já tomada pelo executivo.

Henrique Granadeiro, CPI: “Ele tomou conhecimento e não me fez qualquer crítica, nem me fez qualquer observação, nem me disse «mas que pena», nem me fez qualquer apreciação de ordem valorativa.”

O jantar de dia 25 foi o momento em que Henrique Granadeiro deu “conhecimento formal” ao Primeiro-ministro sobre o negócio de compra da MEDIA CAPITAL por parte da PT, adiantando que a PT já tinha desistido do negócio. Nessa mesma altura o Primeiro-ministro já tinha decidido qual a posição do Governo sobre o assunto, mas não a transmitiu a Granadeiro.

«O responsável da PT estranha o episódio em que Sócrates afirmou na AR, depois dessa conversa, que o Governo iria opor-se ao negócio – que já estava rejeitado –, para não levantar suspeitas de intromissão editorial na TVI. “Não percebi isso, fiquei um bocado surpreendido”» (Publico, 11-02-10).

Na audição da CPI, o presidente do Conselho de Administração afirma, relativamente a esta questão:

COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

“Efectivamente, eu disse-lhe que não compreendia o que o Sr. Ministro estava a dizer, porque nós, no dia anterior, tínhamos decidido não ir para a frente com o negócio. Disse isso expressamente ao Sr. Ministro que fiquei surpreendido com o que o Sr. Primeiro-ministro disse no dia 26 na Assembleia da República.”

“Aquilo não tinha ido para a frente da nossa parte, a intervenção do Sr. Ministro foi extemporânea e a minha resposta foi de que não compreendia o que ele estava a dizer, porque era uma matéria que já tinha sido resolvida ao nível próprio.”

8. A decisão do Governo de não apoiar o negócio e a reunião entre Mário Lino, Henrique Granadeiro e Zeinal Bava.

No dia 26 de Junho pela manhã o ministro da tutela informa Henrique Granadeiro e Zeinal Bava, presidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Portugal Telecom, respectivamente, da decisão do Governo.

Mário Lino, CPI: “No dia 25, não me lembro se de manhã ou de tarde, tive uma conversa com o Sr. Primeiro-ministro e combinámos que o Governo ia definir uma posição clara sobre essa matéria”

Mário Lino, CPI: “Foi uma reunião rápida — aliás, julgo que nem nos sentámos, foi em pé (...)”

Mário Lino, CPI: “Eu disse-lhes: «Meus Caros Amigos, vocês estão a ver o que se passou agora, nestes últimos dois dias, na comunicação social. Não quero a mínima suspeita, a mínima insinuação de que o Governo tem alguma coisa a ver com isto. Compreendo os vossos negócios, sei do vosso interesse nos conteúdos, sei disso tudo, mas não me venham agora criar aqui uma situação em que o Governo, ainda por cima, é o responsável. Não! O Governo está contra que isso se faça neste momento. Contra! Fica esclarecido que essa é a posição do Governo».”

Mário Lino, CPI: “Aí eu não fui atrás, foi para dar uma ordem, para dar uma orientação, para dar uma opinião do Governo, transmitir que o Governo não está de acordo com esta posição. Não foi para discutir o assunto com a PT, não fui discutir nada. Chamei o Dr. Henrique Granadeiro e disse: «Ó Dr. Henrique Granadeiro, quero dizer o seguinte: você tem assistido a esta campanha que diz que o Governo está a instrumentalizar a PT. Eu sei que isto é tudo mentira e por isso não me interessa. O que



COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR RELATIVA À RELAÇÃO DO ESTADO
COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL E, NOMEADAMENTE, À ACTUAÇÃO DO GOVERNO NA COMPRA
DA TVI

interessa é isto: o Governo está contra que este negócio se faça neste momento. Não quero a mínima suspeita, porque nós não queremos interferir na linha editorial da TVI, não queremos alterar nada»." (Eng. Mário Lino, CPI)

A ser assim, a oposição do Governo foi decidida sem que o mesmo tivesse devidamente conhecido e/ou discutido a posição dos responsáveis da PT.